

Universidade Federal do Pampa

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LORENI BATISTA DOS SANTOS

**O DISCURSO MOTIVACIONAL SOBRE O USO DAS DROGAS E A FAMÍLIA:
ANALISANDO A POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS (PNAD)**

**São Borja, RS
2014**

LORENI BATISTA DOS SANTOS

**O DISCURSO MOTIVACIONAL SOBRE O USO DAS DROGAS E A FAMÍLIA:
ANALISANDO A POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS (PNAD)**

Trabalho Final de Graduação, apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^o. Dr. Cesar Beras

**São Borja
2014**

LORENI BATISTA DOS SANTOS

**O DISCURSO MOTIVACIONAL SOBRE O USO DAS DROGAS E A FAMÍLIA:
ANALISANDO A POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS (PNAD)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho Final de Graduação defendido e aprovado em: 20/03/2014

Banca examinadora:

Prof^o. Dr^o. Cesar Beras
Orientador
UNIPAMPA

Prof^o. Dr^a. Jaina Raqueli Pedersen
UNIPAMPA

Prof^o. Me. Jocenir de Oliveira Silva
UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha família que esteve sempre ao meu lado e acreditou na minha conquista. Amo vocês demais!

AGRADECIMENTOS

- A Deus, em primeiro lugar, por me dar forças neste momento e que, em sua infinita bondade, concedeu-me esta conquista.
- A minha mãe Tereza, por ter me dado a vida e pelo seu amor incondicional.
- Ao meu filho Carlos Daniel, presente que Deus me deu, pela compreensão da minha ausência, no qual foi compreensivo e acreditou na minha conquista.
- Ao meu esposo José Artenio, pela compreensão neste momento, por estar sempre ao meu lado em todas as horas, que lutou junto comigo para a conclusão desta etapa de formação profissional.
- Ao Professor César Beras que muito me ensinou, com suas orientações no Trabalho de Conclusão de Curso, um profissional competente que tive o privilégio de conviver e apreender seus ensinamentos.
- A minha prima Isabel Amaral que sempre teve uma palavra de apoio e incentivo para a realização desta conquista.
- A minha amiga Lizete Machado que foi mais que uma amiga, acima de tudo uma irmã, não só neste momento de minha formação, mas em todos os momentos de minha vida.
- Aos meus cunhados Iliane e Francisco pelo apoio, cuidado e preocupações que sempre tiveram com minha família na minha ausência.
- A minha sogra Margarida que sempre esteve junto comigo me auxiliando de alguma forma.
- Aos meus familiares, que de alguma forma compartilharam esta trajetória e me incentivaram em seguir em frente.
- Ao corpo docente do curso de Serviço Social, pelas trocas de experiência, pelos ensinamentos.
- Aos meus colegas da 4ª turma e 5ª turma de Serviço Social pelos momentos em que passamos juntos no processo de formação.
- Ao Centro de Formação Teresa Verzeri, pela oportunidade de estágio e a assistente social da instituição Carine Trindade, que foi minha supervisora de campo.
- A Professora Eliana Cogoy e ao professor Tiago Martinelli pela supervisão acadêmica, profissionais competentes que compartilhei minhas descobertas e angústias no processo de estágio.

“Posso todas as coisas naquele que me fortalece” (Filipenses 4:13)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa analisar a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) a partir da problemática que busca esclarecer qual a concepção sobre a questão da prevenção às drogas e sua relação com o papel do apoio da família. E ainda, se dentro da lei, a família tem um papel fundamental ou este papel é secundário na prevenção. O primeiro objetivo é analisar a PNAD a partir de seu discurso sobre a possível motivação do usuário e seu impacto na sociedade e na família. O segundo objetivo é de interpretar a lei avaliando como o Estado interpreta a função da família dentro da PNAD e o terceiro, e último objetivo, é analisar a PNAD, se este é um documento válido para a sociedade. A metodologia utilizada neste trabalho é de análise documental a partir do documento da PNAD, por meio de coleta de dados que serão analisados a partir da problemática estabelecida neste trabalho que responderá a hipótese do problema. Para embasar este trabalho foram realizadas reflexões teóricas como a gênese sócio-histórica-cultural da utilização das drogas, definição do foco das Políticas de Prevenção, conceito de família e gênese histórica da família. Por fim, traremos a análise dos dados a partir da PNAD e as considerações finais.

Palavras-chave: Política Nacional sobre Drogas; Família; Estado; Prevenção ao uso de Drogas

ABSTRACT

This work aims to analyze the National Policy on Drugs (NPD) regarding what seeks to clarify which is the real meaning about the drug prevention issue and its relation with family support. Still, if within the law, the family has an important role or if this role é secondary. The first goal is to analyze the (NPD) from its speech about the possible motivation of the user/individual and his/her impact in family and society. The second goal is to understand the law evaluating how the State plays the role of the family inside the (NPD) and the third, the last goal, is to analyze the (NPD) if it's a document worth for society. The used methodology is documentary analysis from the (NPD) documents, by collecting data that will be analyzed from the problematic established in this study and will answer the hypothesis of the problem. To support this work theoretical reflections were used as socio-cultural-historical genesis of the use of drugs, defining the focus of Prevention Policy, concept of family and historical genesis of the family were performed. Finally, we bring the analysis of data from the (NPD) and the final considerations.

Keywords: Drug Use Prevention; Family; National Policy on Drugs; State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2 AS FORMAS DE ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO DAS DROGAS	11
2.1 Gênese sócio-histórica-cultural da utilização das drogas (causas sociais)	11
2.2 Existência de um aumento constante do consumo	19
2.3 Definição do foco das políticas de prevenção	22
3 FAMÍLIA: CONCEITOS, HISTORICIDADE E RELAÇÃO COM O ESTADO	26
3.1 Conceituando a Família	26
3.1.1 Família e Afetividade	28
3.2 Gênese histórica da família.....	30
3.2.1 A Necessidade de intimidade na família	32
3.2.2 Novas Configurações de Família.....	34
3.3 Família e proteção social	37
3.3.1 A ação do Estado	37
4 ANALISANDO A POLITICA NACIONAL SOBRE DROGAS (PNAD	42
4.1 Problema e Hipótese.....	42
4.2 Métodos e Metodologia	42
4.3 Descrição do objeto	44
4.4 Análise da PNAD	45
4.4.1 Analisando os pressupostos	46
4.4.2 Analisando os objetivos.....	48
4.4.3 Analisando a prevenção na PNAD	51
4.4.4 Analisando o tratamento, recuperação e reinserção social da PNAD	53
4.4.5 Analisando a redução de danos sociais e à saúde na PNAD	55
4.4.6 Analisando a redução da oferta na PNAD.....	57
4.4.7 Analisando os Estudos, pesquisas e avaliações	59
4.4.8 Qual o discurso em relação ao papel da família	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	655
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	677

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise na Política Nacional sobre drogas (PNAD) a partir da problemática sobre qual a concepção sobre a questão da prevenção as drogas na PNAD e sua relação com o papel de apoio da família, se dentro da lei, a família tem um papel fundamental ou este papel é secundário na prevenção.

A PNAD é uma lei que foi aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas (Conad) em 23 de outubro de 2005, e passou a vigorar em 27 de outubro de 2005, sendo que nela contem os Pressupostos, os Objetivos, a Prevenção, o Tratamento, recuperação e reinserção social, Redução de danos sociais e à saúde, a Redução da oferta e Estudos, pesquisas e avaliações.

A partir do problema exposto acima tentaremos responder a hipótese em que o discurso predominante é de motivação individual e que o apoio da família é formal. Construimos em nossa reflexão dois tipos de motivação: o social onde os motivos do uso de drogas e da sua prevenção se encontram alicerçadas no contexto social e motivação individual, aonde contrariamente o problema da droga se encontra em nível do individuo ou psicológico e logo este é culpabilizado pela sua situação.

Após a análise da PNAD poderemos comprovar ou não esta hipótese, com base nos trechos citados e analisados dentro deste trabalho.

Os objetivos que definem este estudo são: em primeiro lugar analisar a PNAD a partir de seu discurso sobre a possível motivação do usuário e seu impacto na sociedade e na família. Em segundo lugar objetivo é de Interpretar a lei avaliando como o Estado interpreta a função da família dentro da PNAD e o terceiro e ultimo objetivo é analisar a PNAD, se este é um documento válido para a sociedade.

Destacamos que a realização do trabalho final de graduação justifica-se pelo pela conclusão de uma trajetória de aluno na busca pelo exercício de uma profissão. Nesta trajetória busca-se a apreensão de conhecimentos adquiridos não somente neste trabalho de conclusão, mas em todo o processo de aprendizagem adquirido na graduação.

É neste momento que acontece o amadurecimento e a reflexão do que é importante para o “fazer profissional” este momento de busca do conhecimento para assim conseguir na prática desenvolver políticas que venham contribuir não somente para a instituição ao qual esta inserida, mas para toda a comunidade envolvida.

Para a Universidade, este trabalho pode ser o inicio de outros estudos relacionados com este tema e com o objeto em analise, contribuindo para que outros acadêmicos possam a ter o interesse pela temática e desenvolver outros trabalhos relacionados com este.

O estudo contribuirá para a sociedade na perspectiva de mudança com relação a revisão do PNAD, trazendo outros fatores importantes e atuais devido a estarmos em uma sociedade capitalista que sempre esta em constante transformação.

As reflexões teóricas que serão apresentadas neste trabalho são realizadas a partir dos seguintes autores do primeiro capítulo que discute os diferentes discursos sobre a motivação do consumo de drogas: Zaluar (1994), Velho (1994), Paixão (1994) E Sá(1994) e no segundo capítulo, onde discutimos a família, desde sua gênese até as políticas públicas que as envolvem e cujos autores são: Ariés (1981), Prado (1989), Carvalho (2010), Losacco (2010), Dowbor (2010), Miotto (2009), Faleiros (1991), Pereira (2009) e Alencar (2009).

A metodologia a ser utilizada neste trabalho é de análise documental a partir do documento da Política Nacional sobre Drogas por meio de coleta de dados que serão analisados a partir da problemática estabelecida neste trabalho e responderá a hipótese do problema.

O trabalho é composto de introdução, dois capítulos teóricos, sendo que o primeiro trata de Formas de abordagens sobre a questão das drogas, dividido em três subdivisões que são: Gênese sócio - histórica -cultural da utilização das drogas (causas sociais), existência de um aumento constante do consumo e definição do foco das políticas de prevenção, no segundo capítulo o assunto é sobre Família: Conceitos, Historicidade e Relação com o Estado. Nosso terceiro capítulo será onde apresentamos nosso problema de pesquisa e suas hipóteses, nossa metodologia utilizada, a descrição da PNAD, nosso objeto de pesquisa e a análise realizada que buscou verificar qual discurso pode estar subjacente.

2 AS FORMAS DE ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO DAS DROGAS

Neste capítulo iremos desenvolver três discussões, básicas para a reflexão teórica base deste trabalho: 1) a gênese sócio-histórica-cultural da utilização das drogas 2) a existência de um aumento de consumo das drogas e 3) uma definição do foco das políticas de prevenção. Com base nas reflexões de: Zaluar (1994), Velho (1994), Paixão (1994) e Sá (1994) que permeiam a problemática encontrada na prevenção às drogas.

A primeira dá conta de identificar quais os motivos da utilização das drogas pelos indivíduos, sendo que pode ser configurado como causas sociais históricos e culturais, ou seja, não se trata de deficiências no código genético da pessoa ou uma doença, mas uma situação desencadeada por motivos resultantes das relações sociais durante o processo de desenvolvimento histórico da sociedade e sendo heterogêneo em suas significações culturais.

Em segundo, a existência de um aumento agravante do consumo de drogas, não somente que este consumo seja atual, mas pelo contrário, houve um desenvolvimento permanente em nossa estrutura social que, em decorrência do sistema capitalista, influenciou no modo de vida da sociedade.

E para completar a terceira, as políticas de prevenção, que buscam complementar as demais discussões já relatadas acima, que tipos de prevenções necessitamos: repressiva ou dialógica? Vamos agora desenvolver cada reflexão de forma detalhada buscando assim construir um panorama geral das formas de abordagem sobre a questão da prevenção às drogas.

2.1 Gênese sócio-histórica-cultural da utilização das drogas (causas sociais)

As drogas fazem parte da história, só que antes eram utilizadas para outros fins, Sá (1994) fala que:

Ainda parece não haver discrepância de que a história do uso de drogas psicoativas tem a idade do homem. (...) A droga sempre foi utilizada. Sua origem se perde na história. O homem sempre procurou modificar sua visão de mundo e ampliar seu campo de percepção, utilizando de vários meios, entre eles o uso de produtos naturais ou sintéticos- as drogas. As motivações são as mais diversas, místico-religiosas, artístico-criativa, terapêuticas, sociais, etc. (SÁ, 1994, p.156).

Pela história as drogas sempre estiveram presentes no cotidiano do homem, antes pelos primitivos, que utilizavam como estimulante ou para curar doenças, e assim era usado como medicamento. Com o passar do tempo começou a haver uma mudança neste contexto, sendo que as pessoas passaram a usar substâncias psicoativas ilícitas, para obter uma maior

interação social, esta interação significa ter um status social que permita ser respeitado pelo grupo em que convive, reconhecido como alguém importante para o grupo, ser aceito nos ambientes e poder opinar das decisões de seu grupo. Mas isso também possibilitou a construção de uma imagem de pessoas criminosas, ou seja a sociedade começou a tratar o usuário de drogas como um ser com algum tipo de desvio de conduta. Podemos constatar a partir de Sá que fala que:

A reprodução ideológica se dá porque a imagem que o legislador teve, em dado momento histórico, foi o de que o uso de certas drogas constituía crime. Assim gerou, objetivamente, o criminoso. Essa imagem da realidade passou a ser confirmada, então, pelas mais diferentes atitudes- conscientes e inconscientes. (SÁ, 1994, p.156).

Essa imagem de criminoso permeou por muito tempo que o polícia se utilizava de poder para prender e punir as pessoas. Neste momento houve muitas prisões e repressões que reproduziram uma ideia fatalista de que todo aquele que se envolvesse com uso de drogas era um individuo “fora da lei”, que transgredia a legislação perturbando as pessoas que estavam em seu convívio social, e muitas vezes até as que não eram de sua convivência. Que segundo Sá (1994) isso legitimou uma interpretação sobre o usuário, “a reprodução material é consequente. Trata-se do processo pelo qual o sistema produz uma realidade conforme a imagem da qual surge e que o legitima” (SÁ, 1994, p. 156).

Logo depois veio a interpretação de que o usuário de drogas tinha algum desvio psicológico, devido ao uso de psicoativos, podendo ter alterado o funcionamento de seu corpo, sendo considerada uma pessoa com desvio de caráter e mental. E Zaluar (1994) diz que

Além disso, a perspectiva que se adquire da questão via o contexto sócio-cultural do usuário da droga tem, perdido espaço para a visão farmacológica e a epidemiológica, assim como a visão psicológica, mesmo entre aqueles que consideram a atual política nacional das drogas repressiva e atrasada. (ZALUAR, 1994, p.07).

E quanto mais havia repressão ao uso de drogas, o consumo continuava aumentando, e inicialmente entre os jovens que procuravam amenizar suas tensões familiares e a inserção nos grupos sociais e também pelas populações mais vulneráveis que sofriam com o processo de industrialização e consequência disso perdiam seus empregos e ficavam sem perspectiva nenhuma de vida, procurando nas drogas a solução para “esquecer seus problemas”. No entanto muitos preconceitos com as pessoas, sendo chamadas de criminosas, desocupadas, formando um conceito inverso do seu real contexto.

E com toda esta pressão de culpabilizar alguém, a polícia passa a exercer o poder de decidir quem é que irá ser o responsável por traficar a droga, gerando muita violência em

consequência dessa interpretação de que todo usuário é um traficante. E Zaluar (1994) vai dizer que:

Entretanto, apesar desta política repressiva de combate às drogas, apesar dos fortes preconceitos apontados contra os usuários e aqueles que defendem uma política menos repressiva, o consumo delas continua se alastrando rapidamente, em especial entre os mais jovens e entre as populações mais pobres. Nestes setores mais vulneráveis à ação policial, os efeitos da própria repressão podem ser desastrosos por estimularem a criminalidade violenta. Isso porque, no combate ao uso de drogas, a polícia tem um enorme poder em determinar quem será ou não processado e preso como traficante. (ZALUAR, 1994, p.09).

A interação social era um dos motivos de muitas pessoas fazerem uso de drogas, para se integrar a um grupo, ou para perder a timidez em determinadas situações, principalmente pelos jovens que achavam que se usassem drogas seria mais fácil de alcançar alguma coisa que quisessem muito. Outro fator considerável no uso de drogas é as tensões que a sociedade moderna já exigia das pessoas, de modo crescente e com o passar dos anos aumentou gradativamente principalmente no cotidiano de trabalho, quando a pressão do profissional em dar conta de muitas demandas institucionais, fazendo com que muitos usem medicamentos, mesmo sendo um produto lícito podendo acarretar numa dependência.

Não bastando o usuário sendo identificado como um criminoso, ele passa a ter a necessidade de seu uso constante como um mecanismo para viver, trazendo várias consequências para sua vida humana e para o Estado, que não vê o usuário como um ser social e sim como um problema constante para toda a sociedade. E o autor Sá (1994) traz que o indivíduo que está dependente do uso de drogas não tem mais motivação para exercer nenhuma atividade a não ser o consumo da própria droga.

A questão agrava-se quando a droga constitui-se uma finalidade em si mesma, tornando seu usuário dependente dela, sem qualquer outra motivação a não ser a necessidade física ou psíquica de continuar consumindo. (SÁ, 1994, p.154).

E daí a necessidade de ações preventivas e não repressivas, como acontecia com os dependentes químicos que eram discriminados, violentados, isolados e rejeitados pelas suas famílias e pela sociedade, com atitudes que não traziam nenhum benefício nem para o usuário, nem para as pessoas de seu convívio familiar ou social. A forma como a sociedade encarava esta situação era de maneira muito imediatista, pois achavam que se isolassem o indivíduo resolveriam o problema, mas ao contrário, como não recebiam o tratamento correto, acabava tendo consequências mais graves, pois não havia políticas públicas que contemplassem este público, deixando este caso para a polícia fazer a repressão.

É fundamental partir-se da pessoa e sua postura diante da droga para estabelecer as necessárias ações preventivas ou terapêuticas. Atitudes intempestivas, tais como hospitalizações em meio psiquiátrico, prisões, agressões familiares, etc., podem produzir efeitos de graves consequências para todos e para o usuário em particular. (SÁ, 1994, p.154).

Havia uma maneira dos culpados não irem presos e ficarem na impunidade, pois como o tráfico de drogas é um mercado irregular perante as leis até os dias atuais, não tinha como fazer queixa para a polícia. As famílias não tinham como provar a existência das drogas, nem como punir seus reais criminosos, então muitas vezes um usuário ficava preso a dívidas com traficantes, sendo que este tirava muito proveito da situação, porque o usuário necessitava do produto e o traficante conseguia fazer com que as pessoas dependessem deles, se isso não acontecesse e o usuário não acertasse suas dívidas, o traficante dava um jeito de matar, pois não estava mais rendendo lucros.

Segundo Paixão(1994), era uma situação que ao mesmo tempo se procurava as vítimas do uso das drogas, não eram entendidas como tal, pois cada um tem o direito de usar seu corpo para fazer o que der vontade, não tendo que dar satisfação a ninguém, mesmo que afete a sua saúde e assim o crime não era constatado.

O conceito de “crime sem vítima” é construção irônica da futilidade, irrelevância e depotismo da regulação pública de matéria (mesmo viciosa) privada, se é crime deve haver alguma vítima que ofereça queixa à polícia, se não há vítima que se queixe do traficante ou da banca, não há crime. (PAIXÃO, 1994,p.132).

Segundo Velho (1994), dentro do dito “mundo das drogas”, há vários segmentos que compõe este mundo, como as redes de tráfico que fazem a produção do produto para ser comercializado, aqueles que identificam os pontos de venda da droga e aquelas pessoas que carregam as drogas para serem consumidas.

Particularmente, no nosso caso da sociedade moderna- contemporânea o processo de complexificação e diferenciação tende a multiplicar espaços e domínios sociais e simbólicos que denominamos genericamente de mundos. (VELHO, 1994, p. 23).

O que chamamos de “mundo das drogas” não é um tudo homogêneo, pois, ocorrem muitas diferenças no modo de vida cultural das pessoas, então as drogas são utilizadas de maneira muito diversa, se para alguns elas é apenas consumida em um ritual religioso para outros pode ser para aliviar as tensões do dia-a-dia. Para o autor Velho (1994):

Não há como, por conseguinte, pressupor comportamentos e atitudes homogêneas dentro do que se costuma chamar de “mundo das drogas”. Trata-se de noção muito ampla, a partir da qual precisamos estabelecer distinções e particularidades (VELHO, 1994, p. 24).

Também não é homogêneo, o uso de determinadas substâncias, pois devido ao elevado preço de algumas drogas, se utilizava nos meios mais populares a maconha, que atingia uma boa parte da população usuária, outro fator importante é que a maconha tinha pouco efeito destrutivo, e isso levou o seu uso ter uma grande proporção. Com o tempo houve uma disseminação do seu uso e sendo utilizado por camadas mais elitizadas, e só mais tarde outras drogas tiveram seu uso iniciado como a cocaína. Como cita o autor Velho (1994) que:

No caso brasileiro, o uso da maconha é exemplar em termos dessas transformações. Tradicionalmente, esta droga foi consumida por camadas populares em várias regiões do País, tanto no campo como na cidade. (VELHO, 1994, p. 24).

De acordo com o autor Velho (1994), o uso da maconha em um determinado momento histórico teve um rompimento com os valores já pré-estabelecidos dentro da sociedade, pois os jovens queriam mudanças no modo de vida convencional, queriam reivindicar seus direitos dentro da sociedade, disseminando entre os jovens críticas com relação à família, que não entendia o seu novo estilo de vida.

(...) o movimento denominado de contra cultura caracteriza-se por uma rejeição de um modo de vida convencional, em que os valores familiares, educacionais e de trabalho eram duramente criticados, quando não rejeitados em princípio (VELHO, 1994, p. 25).

A autora Zaluar (1994) diz que não podemos concluir que todos os usuários são iguais, pois variam o seu grau de envolvimento com as drogas, para alguns é um momento de descontração numa festa, para outros serve como uma fuga dos problemas, para algumas pessoas é como estilo de vida ou culturalmente é usada por todos que fazem parte daquele grupo. Também tem o usuário que usa constantemente e que para ele é o centro de sua vida.

Quando generalizamos que os usuários possuem o mesmo envolvimento com as drogas, temos uma visão equivocada, isso porque para alguns pode não levar a dependência da substância, e isso não leva a usar sempre, para conformar uma total dependência é muito variável de indivíduo para indivíduo.

(...) não se pode concluir que todos os usuários de drogas são iguais ou até que professem o mesmo credo cultural. Nada mais enganoso. Pesquisas feitas em todo o mundo sugerem diferenças em graus de envolvimento ou de relação com a droga e com o grupo- se a tornam nas horas de lazer ou diversão ocasionais, se ela é central na definição de um estilo de vida alternativo compartilhado com outras pessoas, ou se ela é o eixo na definição da identidade individual do usuário compulsivo. (ZALUAR, 1994, p.13).

Verificamos no processo de desenvolvimento histórico que o nome droga remetia a alguma coisa pejorativa, pois tudo que é droga é considerado como algo muito ruim, o

dicionário Priberam a define como: “coisa sem qualidade, cuja aplicação se desconhece, substância que pode modificar o estado da consciência, afirmação que não corresponde a verdade, exclamação para exprimir desagrado”. Assim, quando ouvimos este nome, ligamos quase que sempre ao usuário de droga, criando um preconceito em torno da pessoa “(...) é possível entender como o próprio conceito de “droga” é historicamente datada e vinculada a valores sociais nem sempre consensuais” (ZALUAR, 1994, p.13).

As drogas em geral são prejudiciais a todo ser humano, mas não só as drogas ilícitas como as lícitas tem uma alta contribuição na destruição, não só da pessoa humana, mas também prejudica o seu ser social, estigmatizando-o como uma pessoa sem moral, que causa violência no seu ambiente familiar, desestruturando sua base de apoio.

Mas como as drogas lícitas já possuíam um grande poder de envolver seus usuários por meio da comunicação de rádios, televisões, elas se fazem paradoxalmente presentes nos dias de hoje, sendo usadas livremente, tendo seu consumo garantido por ser uma droga legalmente aceitável e livremente mostrada nas campanhas de publicidades.

(...) a inconstância na definição oficial atual do que é uma droga prejudicial ao ser humano, já que trata do álcool. Apesar de ser a maior causa da violência doméstica, de acidentes com mortes no trânsito e de gastos nos hospitais públicos com o tratamento de seus usuários contumazes, o consumo do álcool é liberado. (ZALUAR, 1994, p.14).

Percebemos duas imagens distintas sobre a relação jovem e drogadição, afirmadas pelos órgãos repressores (Polícia). Os jovens de classes menos favorecidas que usavam alguma substância psicoativa são taxados como “drogados” que sempre se envolviam com violência, que não respeitavam o sossego dos outros, e por isso quase que sempre acabavam sendo presos, mesmo que fossem apenas usuários e não traficantes, pois não havia uma separação entre usuários e traficantes, sendo os dois interpretados como uma só pessoa.

E quando se falava que algum jovem de classe mais alta estivesse usando drogas era interpretado como uma pessoa alegre e divertida que queria curtir sua juventude com seus amigos, não levando em conta a possibilidade de ser também um dependente químico da droga.

Jovens de classe média e alta não chegam a ser estigmatizados como problemáticos, anti-sociais ou violentos, apresentando-se muito mais como jovens em busca de diversão ou, quando exageram, jovens que necessitam de atendimentos médicos e clínicas particulares. (...) jovens pobres, porém, não gozam da mesma compreensão: são presos como traficantes por carregarem consigo dois ou três gramas de maconha ou cocaína (...). (ZALUAR, 1994, p. 09).

Como a vulnerabilidade social e econômica é motivo de exclusão em determinados grupos, muitos jovens nestas condições se envolveram com as drogas para se inserirem em grupos de maior presença perante a sociedade, e para isso acontecer foram de certa forma “abraçada pelos traficantes” que se valiam da necessidade dos jovens crescerem enquanto integrantes de um novo grupo.

Então, muitos jovens que não possuíam condições financeiras de manter seu vício, aceitavam serem entregadores de drogas para outros usuários, e assim conseguiam manter seu próprio vício. E como muitos jovens não conseguiam uma possibilidade de trabalho, passando a abandonar os estudos na escola por não conseguir manter-se nela pelo motivo que conseguiam dinheiro fácil, mesmo sendo de maneira irregular.

Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com as falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social, assim como a nova cultura hedonista que faz parte da cultura jovem, facilitar a escolha ou adesão às subculturas de uso de drogas ilícitas. (ZALUAR, 1994, p.11).

Paixão (1994) diz que a criminalização e a descriminalização do uso de drogas não podem ser resolvidas no plano da moralidade, porque não é uma questão de moral se o usuário passa a fazer parte da criminalidade, mas sim todo um contexto social que levou a esta situação.

(...) a criminalização e a descriminalização do uso de drogas não se resolvem no plano da moralidade- uma ou outra definem políticas e prática institucionais e são igualmente instrumentos de resolução de conflitos. Por isso mesmo, a retórica não deve substituir a análise sociológica do problema da droga. (PAIXÃO, 1994, p.135-136).

O usuário de drogas passou a ser um excluído do mercado de trabalho, do direito a educação, porque quando frequentava uma escola era discriminado pelos professores e colegas, trazendo muitas inseguranças para este indivíduo que já não fazia parte mais da sociedade como um cidadão de direito, e sim como uma preocupação, levando cada vez mais ao incentivo ao crime, ficando claro no discurso de Zaluar (1994).

(...) as imagens negativas, os preconceitos, o medo, que, no Brasil, chegam as raias da demonização do viciado, contribuem decisivamente para a cristalização da subcultura marginal e dos tons agressivos e antissociais que algumas vezes adquirem. A violência e o arbítrio policiais, derivados do poder de iniciar processos criminais contra o usuário, criam em torno dele um círculo infernal de insegurança, perigo e incentivo ao crime. (ZALUAR, 1994, p. 12).

E como havia um preconceito muito grande com relação às drogas, os usuários eram pessoas que não teriam nenhuma moral, e quem tivesse convívio social com algum indivíduo usuário era também classificado como “parceiro” para usar drogas. Isso era uma cobrança

para todas as pessoas, pois o usuário acabava se isolando e cada vez mais se inserindo no meio daquele grupo que também se sentia na mesma situação, “(...) a expansão simultânea do uso e da rejeição moral do tóxico torna problemática a premissa de articulação rígida de comportamento e atitudes” (PAIXÃO, 1994, p. 142).

Em se tratando de políticas públicas não havia uma que garantisse os direitos e a cidadania aos usuários de drogas, mas uma repressão por parte do Estado que por meio de discurso de moralidade fazia sua própria lei, e a polícia autuava o usuário de drogas como criminoso. Paixão (1994) complementa dizendo que:

(...) o tóxico é problema de política pública. As sociedades modernas escolheram a repressão legal como instrumento de regulação de custos externos atribuídos a opções morais de usuários e estratégias empresariais de traficantes. Tal escolha “resolvendo politicamente” o discurso moral envolve dois problemas importantes. O primeiro diz respeito ao escopo da lei penal e, conseqüentemente, do controle estatal de atos privados. O segundo tem a ver com os elementos instrumentais e simbólicos que afetam a formação e a implementação das políticas públicas. (PAIXÃO, 1994, p.130).

E a população não consegue se enxergar neste processo, pois há uma desigualdade na distribuição dos direitos, sendo que para uns os direitos são garantidos e para outros é muito pouco ou quase nada, sendo por vez precária os serviços oferecidos como na saúde, onde não se consegue atendimento nos hospitais públicos, ou tendo que ficar horas numa fila para conseguir um atendimento médico, na educação, onde o ensino é precário, pois há escolas sem professores ou sem perspectivas de salários dignos aos funcionários, sem infraestrutura capaz de atender as necessidades dos estudantes, entre outros setores que são precários os atendimentos.

Outra questão a se discutir é o aumento no processo de acumulação por parte de poucos que se utilizam da mão de obra barata de muitos trabalhadores, pois o desenvolvimento social não cresce assim como sua economia, sendo que está na mão de uma parcela da população, configurando um sistema capitalista. Quanto ao desenvolvimento social do país deixa a desejar para a população, não havendo um equilíbrio entre as classes sociais, pois poucos tem direito a uma segurança, saúde e educação de qualidade, e isso deveria ser garantido para se ter no mínimo uma vida digna e ainda ter garantido um trabalho para o sustento de sua família. O Estado acaba corroborando com este quadro, conforme Zaluar (1994):

Um dos critérios de avaliação da existência de cidadania nos dias de hoje é a maneira como o Estado promove a distribuição de seus benefícios e serviços a fim de garantir o atendimento de seus cidadãos, diminuindo a parcela dos marginalizados. O Estado brasileiro ainda não encontrou o caminho para efetivar os

direitos sociais de seus cidadãos. As políticas sociais sempre estiveram subordinadas ao processo de acumulação do capital, o que explica por que a oitava economia mundial tem a octogésima posição em desenvolvimento social, que se mede pelos direitos sociais fundamentais: trabalho, educação e saúde. (ZALUAR, 1994, p.10).

Como as populações com maior vulnerabilidade social e econômica não possuem acesso a muitos serviços de qualidade, fica comprometida sua educação e conseqüentemente sua carreira profissional, tendo dificuldades na inserção no mercado de trabalho pela crescente competição e pela baixa valorização do trabalho, sendo muitas vezes terceirizado para o trabalhador não possuir direitos trabalhistas. Outra questão é a moradia, pois ocorreu um grande crescimento de populações mais vulneráveis que não tendo condições de pagar moradia se aglomeraram em favelas, onde são chefiadas pelo tráfico organizado de drogas.

Este contexto leva muitas pessoas a terem um envolvimento com o tráfico, pois sem perspectiva nenhuma de dar sustento a suas famílias, fazem a venda ilícita das drogas crescerem significativamente e conseqüentemente seu uso também aumenta. Ou as utilizam como forma de suportar as pressões sociais cotidianas.

É neste contexto sócio- econômico mais amplo que o consumo de drogas tem crescido grandemente entre as parcelas mais pobres da população no Brasil, as mais afetadas pelas falhas da escola e do mercado de trabalho em lhes dar esperanças e projetos para o futuro. (ZALUAR, 1994, p.11).

Buscamos então configurar uma abordagem sintética sobre as causas sociais da problemática da droga, apontando para as falhas de socialização colocadas pelo sistema capitalista e as conseqüentes falhas do Estado. Vamos ao próximo ponto aprofundar esta discussão.

2.2 Existência de um aumento constante do consumo das drogas

O hedonismo que significa “prazer” é intensificado em nossa sociedade atual, enquanto buscam constante e individualista do prazer, enquanto fonte de felicidade. O processo de desenvolvimento do capitalismo em ascensão crescente implanta uma necessidade de consumismo por parte das pessoas, A droga passou a ser uma forma de socialização entre as pessoas, e isso permitiu um ambiente propício para o seu uso. E mesmo as pessoas estão inseridas em grupos, elas enfraqueceram seu lado social, e se alguém tivesse algo, o outro queria também ter, e melhor, ou até mesmo em dobro, isso levou as pessoas a não pensar no coletivo e sim no individualismo. Estando presente na fala de Zaluar “depois da

Segunda Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas” (ZALUAR *apud* OFFE, 1989, p. 106).

Em consequência desse consumismo desenfreado que gerou toda uma mudança nos valores de ter e de ser, não que muito antes não existia, mas que se inicia com um novo motivo, que é o de estar sempre a frente das outras pessoas, dos melhores automóveis, as melhores casas, os melhores trabalhos, gerando uma violência muito grande principalmente nos centros urbanos e como resultado o medo cada vez maior das pessoas. Zaluvar (1994) sintetiza que, devido a toda a esta situação gerada e estes conflitos que surgiram nesta época, foram consequências da busca pelo prazer, onde um é inimigo do outro, pois todas as pessoas são rivais e competitivas, e isso proporciona um lucro garantido por parte dos traficantes que vendem seu produto para aqueles que buscam estarem em constante aliança com o consumismo.

Nesta situação de conflito descontrolado, qualquer um pode ser o inimigo se impede ou atrapalha o prazer desinteressado ou o lucro certo, obtido por vários empreendimentos mercantis, num dos quais até a própria vida das pessoas pode vir a ser mercadejada, como no caso dos sequestros que tem a finalidade de obter capital para o narcotráfico. (ZALUAR, 1994, p.120- 121).

O aumento desenfreado do consumo de drogas começou a ter proporções muito maiores, agora não é somente caso de polícia ou questão moral, mas uma questão de saúde pública. Com o uso e abuso da droga aumentando cada vez mais entre a população, ocorreram outras situações agravantes que foram as doenças transmissíveis, tendo um avanço muito grande do vírus HIV, que foi muito crescente entre as pessoas usuárias de drogas, que Zaluvar (1994) associa devido a geografia do tráfico de drogas.

(...) não só a associação cada vez maior entre o uso de drogas injetáveis e o alastramento do HIV, mas também como a geografia da rota do tráfico no Brasil, em decorrência das medidas repressivas nos países produtores de coca. (ZALUAR, 1994, p. 08).

As doenças foram aumentando entre a população usuária de drogas, devido a não ter nenhum conhecimento como fazer a prevenção, até mesmo porque estas doenças começaram a surgir tão rapidamente e o Estado não estava preparado e também não havia políticas públicas que atendessem este público, em virtude dessa situação ocorreram muitos óbitos de pessoas que usavam as drogas e contraíram doenças, principalmente pelo uso de drogas injetáveis. Os usuários compartilhavam de mesmas seringas, transmitindo vírus para outras pessoas, trazendo outras demandas para o Estado, agora de maneira que possa dar conta de assistência aos usuários de drogas que tivessem contraído alguma doença, isso no início foi

muito assustador, porque além do preconceito ao usuário de droga, também tinha o medo de contrair alguma doença, “a nossa situação em relação ao uso e abuso da droga chega perto da calamidade (...)” (ZALUAR, 1994, p.07).

Se esta situação de falta de compromisso por parte do Estado era antes de atribuir apenas como casos de polícia, e criminalizar os usuários, outra questão começou a ocorrer foi a mudança global que afetaram outras dimensões, que já vinham se agravando com o passar do tempo. Daí a necessidade da intervenção do Estado em fazer políticas de prevenção que contemplem o maior número de usuários de drogas, porque a situação foi tomando uma proporção difícil de controlar. Sendo que o fator que contribuiu para toda esta situação estrutural é o sistema capitalista que mudou toda a forma de agir e pensar da população devido às pressões causada por este sistema.

A sociedade capitalista por determinar que as pessoas sejam cada vez mais consumistas, que não se contentem com o pouco, trouxe muitas situações de conflitos dentro do meio social dos indivíduos. Surgindo outras demandas para o Estado que não é apenas na prevenção ou tratamento da dependência de drogas, também não somente com camadas mais vulneráveis da população, mas também com as populações mais elitizadas, como cita o *autor* Velho “(...) a ameaça vem muito mais de uma mudança global que se manifesta em várias dimensões da vida, com conflitos e desencontros dentro das famílias e das escolas” (VELHO, 1994, p.26).

A droga como um produto, ela exige um público consumidor, que seja fiel, que consuma de maneira crescente para que a mercadoria seja cada vez mais procurada pelos usuários. Isso envolve pessoas que produzam a droga, que trafiquem o produto até chegar as mãos dos usuários, fazendo o trabalho ilícito, que em muitas situações o traficante não possui outras maneira de inserção no trabalho formal, pelo seu contexto histórico-social, não havendo alternativas faz com que a droga possa ser disseminada e usada como um outro produto de necessidade humana. “O tóxico é mercadoria e o equacionamento adequado do problema por ele representado pressupõe o conhecimento do mercado de produção, distribuição e circulação das drogas” (PAIXÃO, 1994, p.136).

O tráfico é então um mercado desenvolvido do capitalismo, que mesmo não sendo moral, é o que está rendendo economicamente, pois se a mercado é contra lei, as pessoas continuaram indo contra ela, porque há uma expansão que as leis em si não conseguem controlar, “(...) já que é a moral e não a lógica que importa considerar (...)” (MACFARLANE *apud* ZALUAR, 1985, p. 101).

No capitalismo, mesmo tendo a igualdade formal, regida pelas leis, é o dinheiro que prevalece, pois com ele que as pessoas se preocupam em adquirir, seja pelo trabalho formal ou informal, aceito pela sociedade ou ilícito, feito por meio de comércio irregular. No sistema capitalista o que vale é o lucro garantido, a economia estar em alta, o consumo estar à frente de qualquer coisa, mesmo que para isso as leis sejam burladas, “(...) a cultura do capitalismo, a qual estaria assentada em dois pilares: a moeda e a lei” (ZALUAR apud MACFARLANE, 1985, p.101).

De acordo com Velho (1994) o tráfico de drogas é uma atividade altamente lucrativa que mobiliza muito dinheiro e poder, sendo que a maior parte fica entre as grandes organizações do tráfico, enquanto muitos fazem a distribuição na clandestinidade, sem garantias nenhuma, pois se forem presos por tráfico, muitas vezes não possuem amparo de seus “patrões”, sendo substituídos facilmente. “(...) Especificamente o tráfico internacional de drogas mobiliza recursos e atores que atuam de modo clandestino e semi-clandestino, constituindo-se em poderoso instrumento de poder (...)” (VELHO, 1994, p.27).

O tráfico por ser um negócio lucrativo atrai muitos investidores que não têm nenhuma ética, não pensam nas consequências que acarretam na vida do usuário, ele visa apenas o lucro e o poder que pode proporcionar para seu bem-estar dentro da sociedade. “Como o tráfico de drogas é uma das atividades mais lucrativas de que se tem conhecimento, torna-se uma tentação quase irresistível para certos aplicadores de capital menos éticos (...)” (VELHO, 1994, p.27), e sendo uma atividade lucrativa foi construído um enorme “capital”, que trouxe muitos interesses que influenciaram na política e também na economia do país. Devido a estes interesses foi fortalecendo de maneira crescente cada vez mais o tráfico, tendo certa estabilidade de mercado.

Finalizando esta discussão pode-se concluir que houve um crescente aumento do consumo de drogas nestes últimos anos, e que o tráfico foi influenciado pelo sistema capitalista que tem a tendência de despertar o lucro, e como o tráfico é uma atividade muito lucrativa, muitos investidores apostaram nesta atividade, contribuindo para o uso e abuso de determinadas drogas.

2.3 Definição do foco das políticas de prevenção

Sá (1994) define como prevenção de um modo geral toda a forma de antecipar, de chegar antes que aconteça, de prever que pode vir a acontecer, de dar informação sobre o

assunto ao público que se almeja alcançar, e para isso acontecer de maneira a conscientizá-la é necessário todo um processo de capacitação que pode ser por um curto ou longo período.

(...) a prevenção pode estar associada em muitas outras áreas, por exemplo, na de acidentes de trabalho ou de trânsito. Prevenir aí, considerado de forma bem objetiva, é informar com antecedência a pessoa, com o objetivo de capacitá-la a evitar prejuízos ou lesões, pessoais ou materiais, nas relações que mantenha em suas atividades laborais ou no trânsito, fenômenos do seu cotidiano. (SÁ, 1994, p. 157).

Já com a questão da prevenção às drogas, o autor Sá (1994) coloca que não deixa de ser uma antecipação, ou até mesmo uma interrupção de seu uso de maneira a prevenir danos maiores. Mas sempre tendo claro o objetivo que se quer alcançar, seja de maneira interventiva na iniciação as drogas, ou no acompanhamento da inserção social do usuário de drogas para não haver retorno do uso.

E prevenção em matéria de drogas? Parece não haver dúvida, que, também aqui, prevenção poderá, em sua polissemia, significar antecipação, evitação, interrupção e acautelamento. Evidentemente, nem sempre um determinado programa preventivo englobará todos esses sentidos, daí porque é indispensável em primeiro lugar, ao elaborar o programa “declinar claramente qual o objetivo a ser atingido”. (SÁ, 1994, p. 158).

O autor Sá (1994) traz um conceito de prevenção às drogas, como um trabalho constante com o indivíduo, já que as drogas sempre estiveram presentes nos mais variados lugares e por isso é preciso prevenir o seu uso indevido e não ocultar sua existência. “É possível, assim definir que prevenção do uso indevido de drogas é todo trabalho desenvolvido com o ser humano, nas múltiplas interações com seu meio, e que objetiva o relacionamento adequado com o fenômeno da droga” (SÁ, 1994, p. 160).

E como a prevenção pode evitar os efeitos primários e secundários do uso das drogas, uma que não havendo o uso, não há efeito primário, pois evita a dependência química da droga, em consequência o indivíduo não terá o efeito secundário, e assim não haverá danos em seu convívio social e nem perante as leis.

Importa notar que os problemas decorrentes do consumo de drogas não resultam, apenas, dos efeitos “primários” da substância, mas principalmente, de seus efeitos “secundários”, fruto da “política de criminalização de certas drogas”, que são igualmente terríveis socialmente (senão mais), que os efeitos “primários” das próprias drogas. Exemplo desses efeitos “secundários” são a marginalização do usuário, o estigma que atinge seus diversos ambientes de convívio e os problemas de ordem policial e judicial. (SÁ, 1994, p. 158).

O autor Sá (1994) cita três maneiras de prevenção e explica como é definida cada uma:

Prevenção Primária, com a finalidade de : a) antecipar-se ao início da experiência de uso de drogas, experiência essa -vivenciada em diferentes planos- do grupo familiar, da comunidade escolar, do meio profissional e do virtual usuário; b) atalhar o aprofundamento do “ uso experimental”; c) evitar problemas decorrentes do uso de drogas, “o abuso e a dependência”, que são efeitos “ primários” e efeitos “ secundários” (...).

Prevenção Secundária, com a finalidade de atalhar, problemas decorrentes de efeitos “primários” e “secundários”, por uso de drogas (...).

Prevenção Terciária, com a finalidade de promover a reinserção de pessoas nas atividades sociais de que se afastou em razão de dependência (...). Não há recuperação, efetiva, sem oportunidades de reinserção social, como um dos fatores mais importantes de recuperar os efeitos “secundários” e evitar a recidiva (SÁ, 1994, p.159).

Essas prevenções têm a finalidade de buscar maneiras de evitar o máximo possível dano decorrente do uso de drogas, que elas não interfiram no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Que todas estas prevenções com suas especificidades em atender determinado público, que seja eficiente e garanta o mínimo de eficácia para quem se deseja atingir.

Já a autora Zaluar (1994) diz que nas campanhas de prevenção contra as drogas são ainda pouco eficientes, pois ainda existe um preconceito com relação ao usuário, pois pressupõe que o consumo de drogas por não reconhecer as causas sociais e levar a discussão para o campo da avaliação moral e a partir para o campo do preconceito.

A questão mais importante discutida hoje nos países democráticos diz respeito justamente aos direitos humanos dos usuários de drogas e a ação contraditória do Estado em relação a eles. A criminalização do uso vem sendo apontada não só como uma agressão aos direitos privados e individuais do cidadão, mas também como um empecilho para ele, por temor de ser processado e preso, procure os hospitais públicos quando sofre as consequências do abuso de drogas ilícitas. (ZALUAR, 1994, p.15).

Outra situação que ocorre no caso da prevenção ao uso de drogas é a sua forma como é abordada o termo “droga”, havendo mais a repressão, dizendo que a pessoa que usa é criminosa, não sendo uma maneira muito correta de fazer esta abordagem, pois isso não leva a solução e, muitas vezes, ocorre o inverso e aqueles usuários que controlam o uso de drogas não procuram maneiras prevenção, devido à insatisfação nos serviços que são prestados pelo Estado.

Por isso tem que haver condições mínimas de resistência e para isso acontecer são necessário que o Estado crie incentivos que levem as pessoas a terem outras opções como formas de lazer, políticas de prevenção com diálogo sobre o uso, consumo e dependência da droga, e não apenas como o terror, pois as campanhas não tratam de mostrar como as drogas são, mas sim que se deve afastá-las e não compreende-las. O diálogo informal que inicia-se no

núcleo familiar e na formal que começa dentro das escolas que é um lugar de diálogo e conhecimento podendo ser o início de uma prevenção eficaz.

(...) chega-se à conclusão de que as campanhas de prevenção, com sua ênfase sobre os horrores da droga, são ineficazes por induzirem à desmoralização dos serviços públicos pelos usuários que conhecem os efeitos de diversas drogas e aqueles que sabem como controlá-las socialmente. (ZALUAR, 1994, p. 20).

Os usuários sendo discriminados não utilizam dos serviços de prevenção, e isso deixa defasado este serviço por ser de grande importância que estes usuários procurem orientações participem, pois é a eles que existem as políticas de prevenção. “Além disso, não resolvem os problemas da discriminação contra os usuários que, sentindo-se mais estigmatizados, tenderiam a fugir dos órgãos encarregados da prevenção” (ZALUAR, 1994, p. 20).

O autor Sá (1994) faz a proposta que o usuário não seja culpabilizado pelo uso das drogas de maneira a tratá-lo como um criminoso, nem que seja liberado o seu uso, mas que se criem políticas públicas que venham a dar suporte para este processo. “Mas a proposta de que o tratamento do uso de drogas não seja no âmbito do direito penal, não significa, absolutamente, liberação do uso. O que se quer é que a infração seja de outra natureza, que não penal (...)” (SÁ, 1994, p. 154).

A prevenção ao uso de drogas busca, para além de evitar o seu uso, o direito de conhecer suas causas e poder decidir se o seu uso é importante para a vida do indivíduo. Todos tem o direito de optar ou não pelo uso, mas que faça de maneira consciente e que este uso não venha prejudicar futuramente seu bem-estar.

Nesta discussão podemos ver várias formas de prevenção e como ela pode ser aplicada, isso possibilita de ser trabalhada com diferentes públicos e atingir de maneira que venha conscientizá-lo de forma crescente, não como um processo imediato, mas que se tenha gradativamente sucesso nesse processo, não culpabilizando o indivíduo pelo uso, mas identificando todo o contexto social ao qual está inserido.

3 FAMÍLIA: CONCEITOS, HISTORICIDADE E RELAÇÃO COM O ESTADO

Neste capítulo iremos apresentar o conceito de família, quais características identificam como tal, também como foi sua gênese histórica, no qual aborda como particularmente se formou este grupo social, e que ainda perpetua ao longo dos tempos, também como foi criada sua necessidade de intimidade, as configurações familiares. E para finalizar qual a relação que o Estado tem perante o papel da família nas políticas públicas.

3.1 Conceituando a Família

O objetivo deste capítulo é refletir sobre um dos elementos centrais de nosso problema de pesquisa: Qual a concepção sobre a questão da prevenção às drogas na PNAD e sua relação com o papel de apoio da família? Assim neste capítulo abordaremos sinteticamente a família em seus aspectos conceituais, identificando suas principais características. Pode-se segundo a autora dizer que:

A palavra FAMÍLIA, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção. (PRADO, 1989, p.07).

É complexo achar uma definição e um conceito que a englobe, pois vai além das definições dos livros, pela complexidade dos fatores que envolvem, parte-se sempre de uma realidade próxima, pelo conhecimento que se tem da própria família (PRADO, 1989, p. 08). Portanto todas as pessoas que moram numa mesma residência, que compartilham das mesmas coisas, fazem parte de um mesmo grupo familiar.

Em outras épocas a família que era o tipo comum é aquela composta pelo pai, mãe e filhos, se denominava família nuclear. Hoje temos outras configurações de família, onde existem grupos familiares composto por parentes sanguíneos, filhos adotivos, pessoas com estilos de vida comuns, entre outras, inclusive aquela formada pelos pais e filhos. De acordo com a autora, portanto, “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar” (Prado, 1989, p.12).

A família, então, é nossa primeira instituição social, em que conhecemos indivíduos que farão parte de nossa vida, possivelmente por toda ela. Assim quando tomamos direções no decorrer dos tempos, levamos ensinamentos e aprendizagem do convívio dos indivíduos

pertencentes ao grupo familiar. É quase impossível ouvir falar que uma pessoa não tenha uma família, ou que não pertença a uma, mesmo quem é institucionalizado possui a sua no lugar onde vive, mesmo que não sejam laços sanguíneos, mas é de afeto. De acordo com Prado “as famílias, apesar de todos os seus momentos de crise e evolução, manifestam até hoje uma grande capacidade de sobrevivência e também, por que não dizê-lo, de adaptação, uma vez que ela subsiste sob múltiplas formas” (PRADO, 1989, p. 08).

Assim podemos perceber, que a família num determinado momento da história apresenta-se de uma forma, mudando suas características conforme o passar dos tempos. E busca espaço num mundo em transformações, em que ainda têm-se muita rejeição às mudanças encontradas no seu cotidiano familiar. Mas a família, com todas suas transformações, ainda conseguem ser uma referência para todas as pessoas, pois nela construímos e aprendemos muitas coisas que levamos para a vida. Mas essas transformações foram segundo a autora modificando:

A natureza das relações dentro de uma família vai se modificando, através do tempo. O aspecto problemático da evolução da família está sem dúvida alguma ligado ao questionamento da posição das crianças como “propriedade” dos pais e a posição econômica das mulheres dentro da família. (PRADO, 1989, p. 09).

Frisa-se que ocorrem transformações nas relações dentro das famílias a partir de quando a mulher vai à busca de trabalho para contribuir no orçamento doméstico, traz certo estranhamento, no início, pois a mulher passa a ter outro papel dentro do grupo familiar e não apenas de ser mãe, cuidadora dos filhos e dos afazeres domésticos, mas sim de provedora junto com o homem na renda familiar. Outro fator que tenha influenciado é com relação as crianças, onde os pais achavam que eram proprietários, por serem delimitados e temporários, por isso tinham o poder de decisão, quanto a qualquer coisa que se referia as crianças, como trabalharem como se fossem adultos, em muitas famílias era imposto pelos pais, os maiores cuidarem dos menores e fazerem atividades domésticas ou de trabalho rural.

Prado (1989, p. 09), cita sobre incluir um questionamento sobre a distribuição dos papéis que são específicos de masculinos e femininos, sendo um problema para o surgimento de uma nova estrutura social. Para haver uma modificação na organização familiar é necessária uma mudança de papel da mulher dentro do núcleo familiar, dando a ela novas perspectivas para o ingresso no mundo do trabalho, não sendo mais só esposa e mãe, uma vez que, “(...) não se poderá mudar a instituição familiar sem que toda a sociedade mude também” (PRADO, 1989, p. 10).

A família antes socializava a filha para o casamento como meio de inserção social, era bastante comum fazerem alianças matrimoniais reforçando interesses e círculos de relações, mas também havia a degradação das famílias pelas novas alianças feitas (Prado, 1989, p.42).

Como afirma Carvalho (2010, p.272) “o que os homens faziam diferia daquilo que as mulheres faziam, de forma que o casamento era intrinsecamente uma divisão de trabalho; e era com frequência arranjada, e não iniciado e mantido pelos indivíduos envolvidos”. Mas essa divisão de trabalho antes existente, a mulher só tinha funções dentro da família, como mãe, dona do lar ,ao contrário de hoje, em que as mulheres competem igualmente com os homens no mercado de trabalho e no cotidiano da vida e que em muitos domicílios existem empregadas domésticas para fazerem os serviços domésticos, e que quando não há, os homens em grande maioria auxiliam nestes serviços, ou então as mulheres acabam acumulando tarefas.

O divórcio também foi uma grande conquista, pois antes não era admitida, a separação dos casais, a mulher tinha que se submeter a um casamento arranjado para a vida toda ou até a morte do marido. Assim o casamento passou a ser um encontro de iguais, não sendo mais uma relação patriarcal, sendo mais um laço emocional, mantido com base em atração pessoal, sexualidade e emoção, não tendo razões econômicas entre as partes envolvidas (CARVALHO, 2010, p. 272).

Hoje podemos dizer que em muitos aspectos a família modificou alguns de maneira positiva pelo progresso da família, que era muito conservadora e não dava abertura para novas experiências, e outras nem tanto positiva, pois com sua evolução, e o cotidiano cheio de surpresas, distanciou um pouco seus membros do acolhimento do seio familiar. Neste próximo item iremos trazer dentro do assunto da família, um dos fatores importantes que é o laço de afetividade, e de como ela é construída pelas pessoas.

3.1.1 Família e Afetividade

Quanto à afetividade é no convívio com os membros da família que se constrói laços, onde um apoia-se no outro para viver e traçar seus objetivos de vida, não que seja regra, mas na grande maioria das famílias isso acontece, sendo que pode ser também um lugar conflitante, em que seus membros não conseguem se entender por variados motivos no qual são expressas no seu cotidiano de convivência. Para a autora Prado (1989):

A família, como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo, de apoio a solidariedade. Mas apresenta, ao lado destes, aspectos negativos, com a imposição normativa através de leis, usos e costumes, que muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflito e ambiguidade. (Prado, 1989, p. 12-13).

Nem todas as famílias vivem somente de harmonia, até porque as pessoas dentro do grupo familiar possuem pensamentos diferentes, e há muitas famílias em constantes conflitos. Com a evolução dos tempos, muitas coisas se modificaram, os jovens principalmente mudaram totalmente seu modo de vida, que para muitas pessoas que são de outra época, não conseguem aceitar certos comportamentos e, até mesmo, modo de se vestir, entre outras coisas novas que surgiram ou ainda irão surgir, pois estamos em constante evolução e, como afirma Prado (1989, p. 13-14) “apesar dos conflitos, a família, no entanto é “única” em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem estar físico dos indivíduos, sobre tudo durante o período da infância e da adolescência”.

Prado (1989, p. 13) comenta que “os critérios de ‘lealdade’ para com a família de origem ou a de reprodução muitas vezes são também conflitantes”. O termo utilizado para família de origem significa aquela representada pelos pais e família de reprodução é aquela formada por indivíduos adultos com filhos decorrentes dessa relação (PRADO, 1989, p. 13).

Mas é dentro do grupo familiar que a criança recebe o estímulo e as orientações para que no futuro, ela possa vir a ter um lugar na sociedade. “A criança é nova e em formação, vivendo em um mundo que lhe é estranho e que também está em formação” (SZYMANSKI apud ARENT, 2010, p.57), e segundo Prado:

É através da própria família que a criança se integra no mundo adulto. É neste meio que aprende a canalizar seus afetos, e avaliar e selecionar suas relações. Ora, toda família visa primeiramente, reproduzir-se a si própria em todos os sentidos: seus hábitos, costumes e valores que transmitiram por sua vez as novas gerações. (PRADO, 1989, p. 40).

A criança busca uma referência, é na família que ela vai ter suas primeiras alegrias e também suas decepções, pois é no grupo familiar que ela vai buscar o carinho das pessoas, e pela convivência diária também vão ocorrer desencontros e conflitos de ideias, sendo mais frequente quando estiver na fase da adolescência, pois nessa fase da vida começa a descoberta do mundo, o convívio social do indivíduo passa a ser mais abrangente, que antes era mais o grupo familiar, parentes e vizinhos e nesta nova fase, o grupo fica maior, pois surgem os amigos, os colegas de escola. Mas de acordo com Sawaia (2010) a família possui fatores que influenciam na sua força diante dos demais grupos sociais porque:

A escolha da família se justifica graças à sua principal característica, o valor afeto. Em minha opinião, esta é a principal força que explica sua permanência na história da humanidade. (SAWAIA, 2010, p. 43).

Sawaia (2010, p. 43) afirma que “ela é o único grupo que promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana (...)”, mas também não podemos esquecer o perigo das idealizações e dos estereótipos sobre a vida em família e o casamento, que (re)criam a imagem do “casaram-se e foram felizes para sempre”, e ainda associa a vida em família como a perda da liberdade (SAWAIA, 2010, p.45). Mas ainda é considerada:

A família como expressão máxima da vida privada é lugar de intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. (CARVALHO, 2010, p. 271).

Nos processos sociais de inclusão e exclusão, a família indiretamente está na condição de inclusão, possibilitando afirmar a existência de zonas de vulnerabilidade, se o indivíduo possui seu trabalho e vínculos sócio-familiares, está incluído nas redes de integração social, mas do contrário fica vulnerável e pode tombar em processos de “desafiliação” social (CASTELS *apud* CARVALHO, 2010, p. 271).

Os vínculos adquiridos pela família entre seus membros asseguram o indivíduo ao pertencimento social, pois o grupo familiar lhe dá a condição objetiva e subjetiva de pertence. Sendo importante nos processos de inclusão social. Mas quando o indivíduo fica vulnerável ou por falta de trabalho ou pelos vínculos desfeitos pode entrar num processo de desafiliação, ou seja, exclusão das redes de integração social.

No próximo item a ser discutido, iremos trazer a gênese histórica da família, de como ela iniciou sua história, suas transformações ao longo dos tempos, como foi construída sua intimidade e suas novas configurações de família.

3.2 Gênese histórica da família

Para entender a história do surgimento da família, aqui se utiliza uma análise das imagens delas, com base no autor ARIÉS (1981) onde ele identifica a presença da mulher junto ao homem que mesmo que ainda seja apenas o casal, isso mostra que o homem já não fica mais sozinho e consegue formar um grupo social que é a família. Para o autor Ariés (1981, p. 197) “não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes no século XV (...). O homem não está mais sozinho. O casal não é mais apenas o casal

imaginário do amor cortês. A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos”.

Com isso já podemos notar uma transformação em que passa a humanidade, que antes não havia a socialização da família, procurava-se manter o homem como um ser só, que não tinha vínculos familiares, nem obrigações com outros indivíduos, e muito menos afetividade. Essa mudança propiciou grandes transformações, pois passou a se perceber a importância da mulher dentro do núcleo familiar, mesmo que ainda pouco, foi a gênese dessa nova concepção de família. “O aparecimento do tema da família na iconografia dos meses não foi um simples episódio. Uma evolução maciça arrastaria nessa mesma direção toda a iconografia dos séculos XVI e XVII” (ARIÉS, 1981, p. 202).

Para Ariés (1981, p.197-198) “o artista sente a necessidade de exprimir discretamente a colaboração da família, dos homens e das mulheres da casa, no trabalho quotidiano, com uma preocupação de intimidade de outrora desconhecida”. Aos poucos, mesmo que discreto, começa a surgir a família como uma referência, é uma construção que num processo constante a família toma força e espaço dentre os indivíduos, pois eles começam sentir a necessidade desse lugar de intimidade. O sentimento de família passa a ser uma necessidade por parte das pessoas, visto que é novo, mas aos poucos é notada, e assim passa a ser desejada pelos indivíduos.

E aos poucos ganha força e começa uma nova fase, em que a família começa a ser importante para a sociedade, pois sendo um grupo social, ela ganha novas formas e mais indivíduos para integrar ao seu grupo. E assim “(...) introduziram, portanto essas novas personagens: a mulher, o grupo de vizinhos e companheiros, e finalmente a criança. E a criança se ligava a essa necessidade outrora desconhecida de intimidade, de vida familiar (...)” (ARIÉS, 1981, p. 199).

Conforme Ariés (1981, p. 210-211) “a análise iconográfica leva-nos a concluir que o sentimento da família era desconhecido na Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII”. Na Idade Média, os laços de sangue eram constituídos por dois grupos: o grupo de família, que era indivíduos que moravam juntos, casais, filhos, que mais tarde tornou-se a família patriarcal. E também a família de linhagem, que eram todos os descendentes de um mesmo ancestral, que mais tarde a família patriarcal enfraqueceu a família de linhagem, por motivos de evolução. Com isso “depois do ano mil, a nova distribuição dos poderes de comando obrigou os homens a se agruparem mais estreitamente” (ARIÉS, 1981, p. 211), essa aproximação se deu devido à necessidade de proteção dos que havia algum laço de sangue e, assim, “passara-se, portanto, a atribuir à

família o valor que outrora se atribuía à linhagem. Ela torna-se a célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico” (ARIÉS, 1981, p. 214).

Várias situações ocorreram a partir do século XIV, houve uma monarquia doméstica, no qual foi reforçada a autoridade do marido, pois ele tinha total poder sobre a mulher e os filhos, a família estava se constituindo, mas somente o homem comandava, tanto que a mulher era tratada como incapaz. Houve uma época em que as crianças eram retiradas do convívio de sua família para ser colocadas em outra família desconhecida, e a família que recebia em sua casa, também mandava as crianças para outra casa, e assim sucessivamente, “(...) eles as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos (portanto, até entre cerca de 14 à 18 anos)” (ARIÉS, 1981, p. 226).

Acreditava-se que era uma maneira da criança receber educação, indo ficar com outra família, mas na verdade as crianças serviam como empregados domésticos. Ariés (1981) afirma que o serviço doméstico era confundido com a aprendizagem, e que a criança aprendia pela prática, não parando nos limites de uma profissão. E mais, era uma questão de sobrevivência do tempo as crianças trabalhavam da mesma forma em que os empregados.

Mas foi somente mais tarde que os pais tiveram a necessidade de uma intimidade do grupo familiar, de que as crianças estivessem dentro de casa junto com os pais, foi então que novas mudanças passaram a acontecer dentro dos núcleos familiares. No próximo item veremos como ocorreu esta mudança nas famílias devido à necessidade de uma intimidade no grupo familiar.

3.2.1 A Necessidade de intimidade na família

Por isso que devido a esta situação “a família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (ARIÉS, 1981, p. 231). Mas, no entanto:

Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família (...). A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer (ARIÉS, 1981, p. 231).

A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental (ARIÉS, 1981, p.231). Na realidade a maior preocupação dos pais era com relação ao aprender algo e ainda não havia nenhum sentimento na família que pudesse mudar esse costume. Foi uma transformação lenta em que os pais passaram a ver os filhos de maneira diferente, em que havia uma necessidade dos filhos permanecerem nos seus lares. Houve a necessidade dos pais vigiarem seus filhos, e assim também ocorreu uma aproximação da família. De acordo com Ariés (1981, p. 232) “a substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados”.

Então passou a existir a educação por meio de instituições educacionais, havendo uma cumplicidade em educar, mas em conjunto entre a família e a escola. No início os pais mandavam os filhos para internatos, depois houve a discussão de que melhor era apenas mandar as crianças irem a escola, mas ficarem na companhia dos pais. E também porque segundo “(...) o sentimento de igualdade entre as crianças pode desenvolver-se num novo clima afetivo e moral graças a uma intimidade maior entre pais e filhos” (ARIÉS,1981,p.236).

As transformações a partir daí influenciaram em todo o cotidiano da família, pois “uma mudança significativa ocorreu nesse meio tempo: a ama passou a se deslocar, em lugar da criança, e passou a morar na casa da família, e a família passou a recusar a separar-se dos bebês” (ARIÉS, 1981, p. 237). Também se pensou que “(...). Se as crianças são criadas em casa, os pais velam melhor por sua saúde (esta também é uma preocupação nova), e ‘elas aprendem mais facilmente a civilidade’ através do convívio social” (ARIÉS, 1981, p.243). Portanto, segundo Ariés:

A palavra “civil” era quase sinônimo de nosso “social” moderno: um ser civil era um ser social. A palavra “civilidade” corresponderia aproximadamente ao que hoje entenderíamos por “conhecimento da sociedade”, mas a correspondência já é menos perfeita. (ARIÉS, 1981, p.245).

A importância e a valorização de que toda pessoa era preciso acima de várias coisas ser “um ser social” e isso possibilitou também a convivência dos pais com as crianças, daí não se pensava somente na educação, mas sim de como ter conhecimento do seu meio social. Segundo Ariés (1981, p.265) “no século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular”. Assim, começou uma preocupação com a organização da casa, os cômodos das residências passaram a ter mais privacidade, sendo que não precisava mais passar num para chegar no outro cômodo. Por isso “(...) o conforto data essa época: ele nasceu, ao mesmo

tempo, que a intimidade, a discrição e o isolamento, e foi uma das manifestações desses fenômenos” (ARIÉS, 1981, p. 265).

No entanto, por meio dessas transformações criou-se uma proximidade dos membros da família e permitiu-se uma intimidade que favorecia o convívio familiar e as crianças passaram a ter seu espaço dentro da família, e assim teve uma preocupação em cuidar - lá e protegê-la. “A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solidário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família” (ARIÉS, 1981, p. 271).

Outro fator que levou essa mudança de pensamento e evolução da família foi que “(...) Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida” (ARIÉS, 1981, p. 278).

Vemos hoje a configuração familiar modificar-se profundamente. Muito embora os meios de divulgação e mesmo alguns profissionais da área da infância e da juventude enfatizarem que a instituição família encontra-se em processo de desestruturação, de desagregação ou de crise, ela é ainda um “porto seguro” para os jovens e crianças. (LOSACCO, 2010, p.64).

E acredita-se que até hoje a família seja a mais eficaz no que se refere à proteção de seus membros, mesmo que ao longo do tempo, ela obteve várias modificações no seu processo de adaptação e de transformação. A família é um lugar de sobrevivência, que socializa seus indivíduos com o mundo, espaço no qual se constrói uma identidade. Hoje as famílias possuem configurações bem diversificadas, se constrói mais na base do afeto, do que em laços consanguíneos, são mais construídas por pessoas que possuem algo em comum.

Neste próximo item da seção iremos ver como ocorreram essas novas configurações de família, e como tem mudado o núcleo familiar que antes era configurado de uma forma e hoje já se tem novas ramificações.

3.2.2 Novas Configurações de Família

Para Carvalho (2010, p. 271) “a sociedade urbana carece de família. Não se está aqui falando do grupo familiar nos moldes tradicionais, mas como ela se apresenta hoje”. Para o autor,

Sua importância na esfera pública ainda suscita desconfianças, mas é fato que a família, em sua condição de esfera de vida íntima, lugar de encontro humano, de construção de história de vida, de reposição de valores e exercício de poder moral

sobre o imediato, é interface necessária na esfera pública. (CARVALHO, 2010, p. 274).

A evolução chegou e junto com ela também muitas mudanças abalaram as estruturas das famílias, havendo um maior número de processos no judiciário na vara da família, por conta de várias expressões da questão social expostas na sociedade, são famílias se diluindo, por conta de separação e no meio uma briga pela posse dos filhos, também há situações de violência decorrentes do uso de drogas, entre outras. Há uma necessidade de uma atenção maior por parte do Estado perante as famílias, pois não se pode ficar somente no discurso, é preciso dar uma assistência maior as famílias.

Desde o pós-guerra, nos países capitalistas centrais, a oferta universal de bens e serviços proporcionados pela efetivação de políticas públicas pareceu mesmo descartar a família, privilegiando o indivíduo-cidadão. O progresso, a informação, a urbanização, o consumo fortaleceram a opção pelo indivíduo portador de direitos. Apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos. (CARVALHO, 2010, p. 267).

A expansão do capitalismo trouxe muitas coisas inovadoras para os indivíduos como a tecnologia, o poder de compra para os trabalhadores, mas também acabou trazendo também muitas dificuldades no campo da família. As pessoas estão cada vez mais preocupadas com seus compromissos e acaba perdendo seu espaço dentro da família, pais que deixam seus filhos o dia inteiro numa creche por conta do trabalho, não vivenciam o crescimento das crianças.

Para Carvalho (2010, p. 274) independe das alterações e mudanças na composição e nos arranjos familiares, a família ainda é um forte agente de proteção social aos seus membros, seja idoso, doente crônico, dependentes, crianças, jovens, desempregados. Porém não se pode exaurir esse potencial de proteção, mas sim lhe ofertar um forte apoio, “como a criança não tem autonomia para sobreviver, tampouco o idoso, a sobrevivência das sucessivas gerações, no passado, dependia vitalmente da solidariedade familiar, e depende ainda em grande parte nas sociedades modernas” (DOWBOR, 2010, p. 293).

Há tempos atrás a economia familiar era vista como laços de solidariedade, pois se agregava numa família todas aquelas pessoas que já eram improdutivas, os pais tinham a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos próprios pais, por serem idosos e não poderem mais ajudar na economia familiar. “A mudança profunda e acelerada na estrutura familiar terá, sem dúvida, forte impacto sobre um grande número de dinâmicas sociais, sobre a cultura, os valores, as formas de convívio (...)” (DOWBOR, 2010, p.294).

O capitalismo moderno, por questões de consumir cada vez mais e muito, seus membros acabam pensando somente em si, não pensando no coletivo de sua família, e cada pessoa do núcleo familiar precisam contribuir com uma renda, então cada vez mais a família vai diminuindo, pelas dificuldades do cotidiano os casais optam por ter menos filhos, isso acontece também na situação dos idosos, que cada vez a população fica mais velha, e não tem cuidados necessários para sua sobrevivência. Pode-se dizer que as pessoas estão sozinhas em meio a multidão de outras pessoas, mas houve também uma contribuição da tecnologia, que deixa cada vez mais as pessoas ficam presas à estas invenções de computadores, celulares, televisão, entre outras, isso fragiliza muito os vínculos de convivência. Portanto, segundo Prado (1989, p. 52) “o desenvolvimento industrial contribuiu em grande parte para precipitar esse processo migratório e de atomização das famílias tradicionais. No entanto, ele não pode ser apontado como causa única da mudança que se operam nesta instituição”.

Com o avanço da tecnologia e a industrialização muitas famílias sofreram muitas mudanças em suas estruturas como uma jornada de trabalho mais intensa por parte dos indivíduos, a inserção da mulher no mercado de trabalho, todos estes fatores possibilitou menos contato dos indivíduos entre si, e assim a família mudou suas funções de protetora e passou a ser mais provedora. Não se pode culpar que a migração foi o principal motivo da mudança nas famílias, porque no decorrer do desenvolvimento familiar aconteceram vários processos na sua história e na sua conjuntura social.

Passamos a depender, portanto, de mecanismos formais de redistribuição do excedente entre produtores e não produtores neste contexto, o ataque generalizado ao Estado, a redução do espaço de Bem-Estar- que, aliás, nunca foi muito amplo entre nós- e sobretudo a privatização das políticas sociais tornam, portanto, a situação absolutamente dramática para amplas faixas da população. A continuidade do processo se rompe. (DOWBOR, 2010, p. 295).

Mesmo com muitas obrigações, a família não deixou de ser um referencial para a sociedade, e assim continua exercendo muitas funções na garantia dos direitos dos seus integrantes. Já dizia Prado (1989, p. 35) que “toda e qualquer família exerce sempre inúmeras funções, sendo que para algumas recebe apoio e interferência de instituições sociais, enquanto outras funções elas assumem com exclusividade”. A família, o cuidado da educação, divide com instituições educacionais a tarefa de ensinar as crianças, também necessita da rede pública de saúde, principalmente aquelas que não possuem condições financeiras, para os fins de tratamento de saúde, mas também tem funções como o de prover o sustento da família (alimentação, vestuário, higiene).

Em outras épocas as pessoas possuíam um tempo de vida mais curta, hoje a situação é outra, os idosos formam uma grande parte da população, e assim há uma dependência maior da família por parte desses indivíduos. Para os jovens, a responsabilidade ainda é maior, porque estando numa fase produtiva, vão a procura de um emprego, e muitas vezes não tem qualificação suficiente ou a concorrência é imensa, ou ainda não possuem experiência para o cargo.

Para Dowbor (2010, p. 303) “o trabalho deve constituir um elemento essencial da organização do convívio social. A ruptura profunda gerada entre o universo do trabalho e o universo familiar tende, naturalmente, a desestruturar esta última”. Se não houver um equilíbrio entre o universo do trabalho e a família chegará a um determinado momento em que será impossível resgatar a família, pois poderá haver um processo de desestruturação, com consequências ainda maiores do que hoje ocorrem em muitos núcleos familiares, em que não há mais diálogo entre seus membros, ocasionando muitas crises na família por conta de vários fatores como econômico, social, entre outros. As famílias que estão em vulnerabilidade econômica precisam muito mais de atenção do Estado com relação à função de cuidar dos seus membros, “as funções de cada família dependem em grande parte da faixa que cada uma delas ocupa na organização social da economia do país ao qual pertence” (Prado, 1989, p.35).

Em outras gerações todas as obrigações em que a família divide com o Estado em dar condições de vida para seus integrantes, eram divididas somente dentro do grupo familiar, ou com membros que pertenciam à mesma comunidade. As transformações ocorrem sem percebemos, o que pode ser hoje, pode não ser amanhã, e assim o que pode ser regra neste momento, pode vir a ser diferente daqui a alguns tempos. Como sempre está em constante mudança, não é incomum que o comportamento que antes era regra, hoje é extinto, e o que antes poderíamos dizer que não acontecia, hoje passou a ser provavelmente o mais comum.

Para encerrar este capítulo analisaremos a família e a proteção social, qual a relação estabelecida entre o Estado e a família.

3.3 Família e proteção social

Neste subseção da família e proteção social, iremos trazer como está a ação do Estado, e se a família está intervindo juntamente com o Estado nas políticas sociais.

3.3.1 A ação do Estado

Para Miotto (2009, p. 45) “o surgimento do Estado, contemporâneo ao nascimento da família moderna como espaço privado e lugar dos afetos, não significou apenas uma separação de esferas. Significou também o estabelecimento de uma relação entre eles, até hoje conflituosa e contraditória”. Sempre houve divergências entre o Estado e a família, pois o Estado dificulta a legitimidade construída no interior da família. O Estado coloca em sua Constituição como sendo a família a base da sociedade, “(...) mas o que se verifica de fato é uma pauperização e uma queda crescente da qualidade de vida das famílias brasileiras, constatadas através de diferentes órgãos de pesquisa” (MIOTTO, 2009, p. 46). Por isso, segundo Miotto,

(...) a intervenção do Estado não pode restringir-se apenas ao processo de definição e garantia dos direitos individuais. Ao lado da garantia dos direitos individuais, deve ser colocado o processo de definição e implementação de políticas sociais, que forneça instrumentos de sustentação necessários para o bem-estar das famílias. (MIOTTO, 2009, p. 49).

Não podemos ver o Estado como “vilão”, mas sim como um recurso, sendo este voltado para a autonomia da família, porque em situações de necessidade é ao Estado que temos que recorrer, precisa-se é de melhores condições nas políticas sociais voltadas para a questão familiar. As políticas sociais deveriam abranger não somente o indivíduo, como por exemplo, crianças, idosos e mulheres, mas políticas que venham dar suporte para todo núcleo familiar, tem que ser pensado no coletivo, porque várias famílias estão em vulnerabilidade, não somente uma em específico.

Finalmente, observa-se que, no âmbito dos programas e serviços assistenciais, predominam referências genéricas sobre a família. Quando tais referências são mais específicas, geralmente estão relacionadas às avaliações sobre a capacidade das famílias de arcar ou não com o ônus de determinadas ações e situações (sejam estas em termos de serviços, de recursos materiais, financeiros ou de responsabilidade). (MIOTTO, 2009, p. 55).

Muitas vezes a família não tem o auxílio do Estado, quando acontece uma dificuldade com uma pessoa do núcleo familiar, isso leva com que a família disponibilize recursos que poderiam ser de responsabilidade das políticas sociais, como por exemplo, com dependentes químicos, devido ao uso de drogas, que as famílias muitas vezes mantém o tratamento com recursos próprios para agilizar mais rápido tais situações. E quando o Estado irá disponibilizar o recurso é feito muitas seleções de quem tem direito ou não de ser contemplado com o serviço. Outro fator importante é que a “intervenção do Estado na garantia de benefícios e serviços não significa que tenha substituído a família. Apenas articulou as novas condições

econômicas e sociais, que mudaram profundamente a vida da família trabalhadora” (FALEIROS, 1991, p.13).

No início, as políticas sociais eram vistas como favores para a população, onde os políticos se beneficiavam a fins de ganharem votos em cima de algum benefício oferecido, mesmo que estes benefícios eram garantidos por lei. Assim o Estado e os políticos apareciam como bons para a população, que estavam preocupados com a situação social, resolvendo questões em que é importante para o trabalhador. Mas, no entanto:

As leis sociais não respondem a todas as reivindicações dos movimentos sociais, pois são elaboradas numa complexa relação de forças na qual a burguesia exerce pressão para conceder apenas um mínimo de benefícios, com um mínimo de custos (FALEIROS, 1991, p. 67).

O Estado por sua vez utiliza os serviços prestados como um modelo familiar e assim justifica a política, como por exemplo, em que os mais jovens contribuem para a aposentadoria dos mais velhos, dos que estão no mercado de trabalho para os que estão fora, e isso deixa a entender que a sociedade é uma grande família e que uns devem colaborar com os outros. “Com a ampliação da presença do Estado na vida cotidiana, este busca novas formas de relação com as massas para conduzir o processo capitalista no seu conjunto” (FALEIROS, 1991, p. 13).

Para Faleiros (1991, p. 35-36) “as políticas sociais se desenvolvem em articulação com a inclusão, a reprodução e a exclusão da mão-de-obra no processo produtivo e com as lutas sociais”. Para os trabalhadores que trabalham mais ganham uma remuneração maior, e ainda aqueles que ficam fora do mercado de trabalho por doença recebem um auxílio até o restabelecimento e o retorno das atividades, ou ainda para aqueles que ficam fora da produção tem o direito a um seguro-desemprego.

O desenvolvimento das políticas e das lutas sociais são de acordo com a organização do Estado, pois estão numa arena institucional, onde o poder comanda e isso leva o Estado a dar apenas o mínimo de benefícios aos indivíduos. Com isso podemos analisar que “em grandes linhas podemos distinguir a forma democrática do Estado de direito da forma arbitrária do Estado autoritário ou da ditadura” (FALEIROS, 1991, p. 67). Ao mesmo tempo em que o Estado proporciona as políticas sociais, é ele que controla e somente concede este direito se assim for conveniente, isso vai limitar ao mínimo possível, em que não haja um grande gasto de recursos, que “(...) as políticas sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração

capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra hegemonia da luta de classes” (FALEIROS, 1991, p. 80).

Conforme Pereira (2009, p. 26) “desde a crise econômica mundial dos fins dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social”, o Estado de uma forma ou de outra passou a prever alguma medida que venha apoiar as famílias, mesmo que de forma reduzida, esse apoio foi mais dirigido para as crianças, onde procurava dar assistência aos pais como visitas domiciliares, políticas que valorizam a vida doméstica, pois muitos pais precisam conciliar o trabalho com as atividades dentro do lar. Outra questão que foi desenvolvida por parte do Estado era a de campanhas publicitárias de conscientização sobre violência doméstica, uso de drogas, abusos sexuais. Já Pereira (2009, p. 26) cita que “alguns países dão especial suporte material às famílias monoparentais com crianças e dependentes adultos”. Já em “Outros incentivam a reinserção da mãe trabalhadora no tradicional papel “dona-de-casa”, como o chamativo apelo da importância do cuidado direto materno na criança saudável dos filhos” (PEREIRA, 2009, p. 26). “(...) os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros” (ABRAHAMSON *apud* PEREIRA, 2009, p.29).

Não existe um padrão de políticas sociais, cada país segue suas particularidades culturais, em alguns países possuem Ministério da Família. É muito variável as intervenções sociais de cada lugar. De acordo com Pereira (2009, p.26) “há, portanto, na atualidade, um amplo arco de políticas, articuladoras de um expressivo contingente de atores e recursos, contemplando a família”.

A família sempre esteve na condição de mantenedora dos seus membros, por isso o Estado ficou como um coautor na questão de incentivos com políticas sociais voltadas para os núcleos familiares. Não que o governo desconsiderasse a família, apenas que tradicionalmente este era um papel privativo da família. Mas nos anos 80, aconteceram várias mudanças com relação a produção e o trabalho capitalista, onde influenciou muito o sistema de proteção social, pois várias conquistas se alcançou por intermédio da classe trabalhadora.

De acordo com Pereira (2009, p. 40) “cria também dificuldades para a formulação coerente e consistente de uma política social voltada para essa instituição, pois, mais do que a política, é a família que vem se caracterizando como fenômeno plural”. Como já vimos, a família está em constante transformação, pois em cada época ela se modifica e constroem novas situações, então o Estado novamente tem que criar novas políticas que abranja suas novas configurações, que, devido a política, leva-se tempos e, muitas vezes, o indivíduo

necessita de decisões imediatas. “(...) cria sérios problemas para uma definição clara do papel da família do século XXI nos arranjos plurais de bem-estar em vogo” (Pereira, 2009, p. 40).

Para Alencar (2009, p. 63) as mudanças econômicas e políticas no Brasil a partir de 1990, redesenha o cenário social, promovendo o acirramento da destituição social, da pobreza e de várias situações de precariedade mudando as formas de reprodução social das pessoas e suas famílias.

Todavia, é preciso considerar que no quadro de crise econômica e da evidente retratação do Estado na esfera social, ressurgem os discursos e as práticas de revalorização da família que, fundamentados numa concepção ideológica de cunho conservador, promovem e disseminam a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos. (ALENCAR, 2009, p. 63).

As transformações econômicas que aconteceram nesta época voltaram a olhar mais para a família, como se somente ela tivesse a grande responsabilidade de prover a sobrevivência material, “por outro lado, os estudos sobre as funções da família na sociedade capitalista tornam evidente o papel desta como unidade de renda e consumo” (ALENCAR, 2009, p. 62). As famílias para fins de manter seus dependentes acabam tendo que muitas vezes se submeter a um trabalho sem uma remuneração “dita” suficiente para prover os serviços necessários. Para Alencar (2009, p.76) esta situação “é um quadro social que se revela no crescente empobrecimento das famílias brasileiras, que, cada vez mais, são submetidas a condições de vida e de trabalho extremamente precárias”.

Por isso que segundo a autora “ o Estado tende a se desobrigar da reprodução social, persiste a tendência de transferir quase que exclusivamente para a família responsabilidades que, em nome da solidariedade, da descentralização ou parceria, a sobrecarregam” (ALENCAR, 2009, p. 64). O Estado devido a grandes mudanças econômicas busca transferir todas as obrigações para a família, isso acaba deixando ela sobrecarregada, não conseguindo garantir os mínimos de direitos ao núcleo familiar.

Para Mito (2009, p. 54) a família “sendo uma esfera privada e indiferente à esfera pública, é apenas uma referência para as políticas sociais”. As relações que interfere nos estilos de vida, as dificuldades encontradas na família são vistas somente quando chega ser coletivamente e que ameaçam a estabilidade e a segurança social, de outra forma se for ao individual ela não tem a atenção necessária.

4 ANALISANDO A POLITICA NACIONAL SOBRE DROGAS (PNAD)

4.1 Problema e Hipótese

A base de um projeto de pesquisa estrutura-se por seu problema de pesquisa que busca delimitar o que será pesquisado. Assim,

Formular um problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade como a qual nos deparamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torna-lo individualizado, específico, inconfundível (LAKATOS; MARCONI *apud* RUDIO, 2010 p. 111).

Neste sentido buscando focar o estudo que queremos realizar sobre a relação entre a Política Nacional sobre Drogas e o discurso que ele pode ter sobre a problemática da prevenção, assim como do papel da família enquanto referencia de apoio ao usuário formulamos o seguinte problema de pesquisa: Qual a concepção sobre a questão da prevenção as drogas na PNAD e sua relação com o papel de apoio da família?

Para colaborar na solução do problema, partimos para as hipóteses. As hipóteses são formuladas como respostas ao problema, onde será construída uma hipotética solução:

Uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta “suposta, provável e provisória”, isto é, uma hipótese. Ambos, problemas e hipóteses, são enunciados de relações entre variáveis (fatos, fenômenos); a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 111).

Desta forma, criamos uma hipótese de trabalho assim formulada: Partindo do atual texto da PNAD e considerando que hoje na sociedade há no mínimo dois discursos possíveis um que percebe que a motivação para o consumo de drogas tem uma matriz social. Alavancada no contexto social e outra que contrariamente vê a motivação como algo individual, restrito ao nível psicológico, postulamos que o discurso subjacente ao plano é o da motivação individual que leva a uma excessiva preocupação com medidas repressivas e com uma caracterização individualizante do problema, retirando-o de seu contexto e culpabilizando o cidadão. Neste contexto o discurso sobre o papel da família se torna insuficiente e formal.

4.2 Métodos e Metodologia

A metodologia a ser descrita neste trabalho de conclusão de curso parte de uma análise documental no qual será feita a partir da coleta de dados da Política Nacional sobre Drogas como fonte de estudo. Este método descrito abaixo pelo autor coloca que a pesquisa documental somente é feita a partir de documentos escritos ou não, e que podem ser analisados no momento ou depois do fato ocorrido.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI E LAKATOS, 2009, p. 176).

Será apresentado dois quadros para auxiliar no comparativo da pesquisa do referencial teórico, no primeiro que será do comparativo de motivação social :causas sociais históricos e culturais – prevenção dialógica e Discurso da Motivação individual: de deficiências no código genético da pessoa ou uma doença – prevenção repressiva e o outro quadro é o papel de apoio da família com base nas reflexões teóricas realizadas no primeiro e segundo capítulo . Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 178) “(...) podemos apresentar um quadro que auxilia a compreensão do universo da pesquisa documental”.

Tabela 1: Comparativo da motivação social e individual

Discurso da Motivação Social: causas sociais históricos e culturais – prevenção dialógica	Discurso da Motivação Individual: de deficiências no código genético da pessoa ou uma doença – prevenção repressiva
Interação social/ Uso de medicamentos	Pessoas criminosas/ Traficante/repressão
Contexto sócio-cultural	Algum tipo de desvio de conduta
Amenizar tensões familiares	Desvio psicológico
Tensões da sociedade moderna	Pessoas desocupadas
Pressão profissional	Culpabilizar alguém
Tornando seu usuário dependente dela/ Política Pública	Discriminados, violentados, isolados e rejeitados pelas suas famílias
Convívio familiar ou social	Isolar o individuo resolveria o problema
Vítimas do uso das drogas	Hospitalizações em meio psiquiátrico, prisões, agressões familiares,
Aliviar as tensões do dia-a-dia	Epidemia

Tabela 2: Principais características do papel da família

O papel de apoio da família
Primeira instituição social
Afeto

Formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar
Referência para todas as pessoas
Grande capacidade de sobrevivência e também, por que não dizê-lo, de adaptação,
Esfera privada
Ela é o único grupo que promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana
A família ainda é um forte agente de proteção social aos seus membros
Proteção

Para a análise do documento serão selecionados trechos da PNAD, no qual será analisado juntamente com os quadros. Os trechos escolhidos foram bem sucintos, mas podem contribuir no processo de análise. De acordo com as autoras Marconi e Lakatos:

Documentos oficiais- constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos de vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável (MARCONI E LAKATOS, 2009, p. 180).

Para a comprovação ou não da análise a ser feita, trabalharemos com problemas e hipóteses no qual os autores Marconi e Lakatos (2009, p. 129) colocam “uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta ‘suposta, provável e provisória’, isto é, uma hipótese”.

4.3 Descrição do objeto

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto analisar a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) que foi aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas (Conad) em 23 de outubro de 2005, resolução nº3/GSIPR/CH/Conad, sendo resultado do realinhamento da Política Nacional Antidrogas vigente até o momento. Como resultado, o prefixo “anti” da Política Nacional Antidroga foi substituída pelo termo “sobre” , devido as tendências internacionais, ao posicionamento do governo e com a nova demanda popular manifestada ao longo do processo de realinhamento da política. A partir da data da publicação, 27 de outubro de 2005, passou a vigorar (RIBEIRO,2014).

Foram realizados seis fóruns regionais e um nacional, no qual participaram representantes de diversos setores do governo e da sociedade, no qual decidiram pelas alterações incorporadas nesta nova versão. Também teve a participação da Secretaria Nacional Antidrogas, do Gabinete de Segurança Institucional com o objetivo de promover e facilitar o processo de realinhamento da PNAD. “O governo e a sociedade possuem a co-

responsabilidade no trabalho de redução da demanda e da oferta de drogas em nosso país” (LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL, 2008, p.13).

A PNAD possui sete secções que são: os “Pressupostos”, que contém dezenove trechos; os “Objetivos”, que contém quatorze trechos; a “Prevenção”, que contém cinco trechos de orientação geral e nove de diretrizes, num total de quatorze; o “Tratamento, recuperação e reinserção social”, que contém seis trechos de orientação geral e dez de diretrizes, totalizando dezesseis trechos; a “Redução de danos sociais e à saúde”, que contém um trecho de orientação geral e dezesseis de diretrizes, totalizando dezessete trechos; a “Redução da oferta”, que contém sete trechos de orientação geral e quatorze de diretrizes, num total de vinte e um trechos; e “Estudos, pesquisas e avaliações”, que contém dois trechos de orientação geral e oito de diretrizes, somando dez no seu total.

4.4 Análise da PNAD

Nesta quarta seção traremos a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), composta pelos seguintes secções:

1. Os pressupostos: onde foram selecionados cinco trechos para análise dos dezenove já existentes;
2. Objetivos: onde foram selecionados cinco trechos para análise dos quatorze já existentes;
3. Prevenção: onde foram selecionados dois trechos de orientação geral e três de diretrizes, num total de cinco trechos dos cinco de orientação geral e nove de diretrizes, totalizando quatorze;
4. Tratamento, recuperação e reinserção social: onde foram selecionados dois trechos de orientação geral de um total de seis trechos, num universo de seis trechos de orientação geral e dez de diretrizes, totalizando dezesseis trechos;
5. Redução de danos sociais e à saúde: onde foi selecionado um trecho de orientação geral e três diretrizes, totalizando quatro trechos selecionados, num universo de um de orientação geral e dezesseis de diretrizes, totalizando dezessete trechos;
6. Redução da oferta: onde foram selecionados dois trechos de orientação geral e três de diretrizes, totalizando cinco trechos analisados, sendo que o universo é sete de orientação geral e quatorze de diretrizes, num total de vinte e um trechos;

7. Estudos, pesquisas e avaliações: foram selecionadas um trecho de orientação geral e um de diretrizes, num total de dois trechos analisados, sendo que seu universo é dois de orientação geral e oito de diretrizes, somando dez no seu total.

O critério de seleção foi a análise em que o trecho da PNAD foi singular e relevante para o discurso. Entre os trechos selecionados houve alguns de orientação geral e outros de diretrizes, e também houve de orientações gerais e diretrizes que não serão trabalhados nesta amostra, pois esta será bem singela, mas que demonstre a tendência geral do discurso.

Foi feita uma análise de qual é o discurso principal da PNAD, se é de causa individual, quando é pensado no indivíduo como um ser por si só, como sendo o culpado pelo uso de drogas, como um desvio psicológico, tratado como se fosse uma doença do indivíduo ou será de causa social onde o indivíduo é visto como um todo, desde o lugar onde mora, suas vulnerabilidades e sua família como sendo fatores que podem de alguma maneira influenciar para o uso de alguma droga. Estes fatores são importantes para a análise da hipótese que é entender se o discurso predominante da individualização, e que o apoio é central, embora sendo um discurso formal.

Por meio da PNAD, neste capítulo, será feita uma análise do papel de apoio da família estabelecida nesta lei, se realmente a família está tendo participação de forma efetiva de apoio neste processo ou se o discurso é mesmo individual.

4.4.1 Analisando os pressupostos

Em relação aos pressupostos foram selecionados cinco deles, de um universo de dezenove itens, no qual irão colaborar centralmente para a nossa discussão sobre o tipo de discurso subjacente e o papel da família no plano.

Podemos verificar no primeiro trecho a ser analisado do pressuposto da PNAD: "Reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada" (PNAD, 2005, p. 01), a centralidade de um discurso com base no indivíduo, pois centra o reconhecimento entre as partes constituídas do processo em uma perspectiva isolada. De um lado o usuário, de outro a pessoa em uso indevido e ainda de outro o traficante, enfim cria três personagens isolados e aponta para uma forma de tratamento não especificada, ou seja, não se sabe o que vai ser diferente.

Reforçando isto verificamos a ausência da família como ator neste processo, ou seja, o centro é o indivíduo que poder ter a intencionalidade ou não. Conforme se discute verifica-se que o tipo de discurso é o de motivação individual, pois trabalha com a ideia de que o usuário,

ou seja, aquele que sofre algum dano ou um desvio de conduta, como o criminoso, o traficante e o que usa indevidamente como se tivesse também desvio de conduta ou psicológico, conforme discussão realizada no primeiro capítulo deste trabalho, onde os autores classificam tal discurso da motivação individual: de deficiências no código genético da pessoa ou uma doença que necessita de uma prevenção repressiva. Constatamos a partir de nossa grade de análise que o trecho traz a noção de pessoas criminosas. Isto remete para o cerne de nossa hipótese de que de fato predomina no PNAD um discurso de natureza individualizante da problemática das drogas.

Neste segundo trecho do pressuposto analisado: Tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas (PNAD, 2005, p. 01), a PNAD usa o discurso que não podemos discriminar as pessoas, temos que tratar a todos de forma igual, segundo o que foi estudado no primeiro capítulo, observa-se que isso não acontece na maioria das vezes, pois muitos usuários ou dependentes são taxados como “criminosos”¹, por utilizarem drogas lícitas ou ilícitas, não avaliando seu contexto de vulnerabilidade, mas sim o que representa naquele momento, em muitos casos, o usuário é confundido como traficante, não tendo a oportunidade de defesa. Em que a polícia decide quem irá preso, mesmo sem conhecer todo seu contexto social, no qual a pessoa se insere, pois em muitos casos é de violência, desemprego, prostituição, abuso sexual, entre outros fatores.

Já no terceiro trecho da PNAD analisado:

Garantir ações para reduzir a oferta de drogas, por intermédio de atuação coordenada e integrada dos órgãos responsáveis pela persecução criminal, em níveis federal e estadual, visando realizar ações repressivas e processos criminais contra os responsáveis pela produção e tráfico de substâncias proscritas, de acordo com o previsto na legislação (PNAD, 2005, p. 02).

Busca-se a repressão e processos criminais junto ao judiciário como uma maneira de coibir o tráfico e como forma de prevenção repressiva, onde a todo custo precise achar um culpado para resolver a questão das drogas. Isso pode acarretar em consequências muito sérias por estimular a “criminalidade violenta”², pois o consumo continua aumentando entre os indivíduos, não sendo uma maneira muito favorável de prevenção.

Como podemos ver no quarto trecho:

Garantir a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e

¹ Ver no primeiro capítulo em SÁ (1994, p.156).

² Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p.09).

redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos. (PNAD, 2005.p. 02).

O Estado possui a preocupação em que as pessoas não entrem em contato com as drogas, ou tem a pretensão de reduzir ao máximo o seu uso, só não analisa o contexto dos indivíduos, até chegar nesta situação, falta de emprego, seu convívio familiar ou social, pressão profissional, tensões da sociedade moderna em que possa a ter levado ao uso e abuso de substâncias vistas antes pelos autores já citados no primeiro capítulo.

Em seu discurso podemos notar que a preocupação é somente na redução da demanda, em ter políticas públicas que sejam desse caráter, sem a preocupação do coletivo, do que vem por traz desta demanda de uso de drogas, e do contexto sócio cultural que existe por em volta do indivíduo.

No quinto trecho da PNAD podemos analisar que:

Reconhecer o uso irracional das drogas lícitas como fator importante na indução de dependência, devendo, por esse motivo, ser objeto de um adequado controle social, especialmente nos aspectos relacionados à propaganda, comercialização e acessibilidade de populações vulneráveis, tais como crianças e adolescentes. (PNAD, 200, p. 02-03).

A lei coloca as drogas lícitas como uma grande demanda dentro da sociedade, onde é nelas que ocorre sua iniciação às drogas. Não se pode pensar somente em crianças e adolescente, mesmo sendo vulneráveis em alguns casos, mas também se precisa pensar no coletivo e no contexto social, que devido às tensões do dia-dia, a jornada de trabalho maior, crescimento das populações mais vulneráveis vistos a partir dos autores trabalhados no primeiro capítulo.

Aqui tivemos cinco pressupostos no qual foram analisados segundo autores já citados em outros capítulos, onde podemos ver que o discurso é muito focado para o individual de cada um, conforme salientamos em nossa hipótese, havendo uma marginalização do indivíduo, por tratá-lo de forma preconceituosa, em que o usuário de droga ou dependente é o culpado sem direito a defesa, a preocupação do Estado é somente em prevenir danos que venha dar prejuízos para o seu financeiro, pois enquanto os problemas não tinham uma proporção maior, o Estado mandava isolar o indivíduo, achando que isso solucionaria, ou então mandava prender e deixava para o âmbito do direito penal tomar providência³.

4.4.2 Analisando os objetivos

³Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 12).

Quanto aos objetivos, serão cinco trechos do PNAD que iremos analisar, nos quais a preocupação é se o discurso é de causa individual ou social.

Podemos ver a seguir neste primeiro objetivo a ser analisado: “Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências” (PNAD, 2005, p. 03). O primeiro trecho da conta da conscientização da sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais com relação ao uso indevido de drogas e suas consequências, nele há uma preocupação em somente conscientizar a sociedade, já mostra que é de intuito individual, pois, a consciência vai de cada pessoa, querer ou não, aceitar ou não, conscientizar o individuo pode levar tempo. É preciso de mudanças na estrutura orçamentária do país, que possa a ter recursos para investir em políticas públicas para dar suporte para as famílias onde elas possam ter mais incentivos para serem independentes e poderem dar suporte para o seu núcleo familiar.

Neste segundo objetivo que analisaremos a seguir:

Educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados experiências bem sucedidas, adequadas à nossa realidade (PNAD, 2005, p. 03).

O segundo trecho da conta da preocupação com o processo educativo como forma de prevenção, não podemos deixar de dizer que as campanhas de prevenção⁴ são importantes na luta contra as drogas, e que pode atingir muitas pessoas, principalmente pessoas que por motivos de curiosidade e prazer⁵ podem vir a experimentar, essas campanhas podem ser esclarecedoras e eficazes. Mas é necessário se pensar as campanhas de prevenção não possuem tanta repercussão como as propagandas de drogas lícitas, onde que na maioria destes seus objetivos são alcançados. Sem contar que na maioria das vezes não há pessoas especializadas para intervir, e nem sempre consegue atingir os objetivos desejados.

No terceiro trecho abaixo:

Conhecer, sistematizar e divulgar as iniciativas, ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas em uma rede operativa, com finalidade de ampliar sua abrangência e eficácia. (PNAD, 2005, p. 03).

O trecho menciona que se deve conhecer, sistematizar e divulgar as iniciativas, as ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas em redes operativas , ampliando

⁴ Ver no primeiro capítulo em Sá (1994, p. 160).

⁵ Ver no primeiro capítulo em Zaluar *apud* Offe (1989, p.106).

sua abrangência e conseqüentemente sua eficácia. É necessário, primeiramente abranger toda a sociedade, as pessoas necessitam conhecê-la para saber identificar o que é prejudicial, e o Estado precisa reconhecer que em muitos casos, não isolado, o motivo do uso das drogas é de causa social, então é necessário mudar o discurso e possibilitar os indivíduos a terem direitos à políticas sociais voltadas para as questões de garantir moradia, saúde, emprego, entre outras questões que são importantes para o bem estar do cidadão.

Já neste quarto trecho analisaremos o seguinte: Reduzir as conseqüências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, a comunidade e a sociedade (PNAD, 2005, p. 03). O quarto trecho menciona a redução das conseqüências sociais e da saúde decorrentes do uso indevido de drogas, tanto para a pessoa, a comunidade e a sociedade, neste trecho dos objetivos da PNAD a preocupação do Estado é somente em reduzir as causas que envolvem principalmente a saúde, pois a preocupação é em reduzir as conseqüências em decorrência das drogas, mas também têm outras políticas como de prevenção à violência, trabalho infantil, exploração sexual, entre outras que precisam ter atenção do Estado, pois podem levar o individuo ao uso por algum tipo de droga, devido a sua vulnerabilidade frente a tais expressões da questão social.

Veremos agora o quinto objetivo a ser analisado a seguir:

Difundir o conhecimento sobre os crimes, delitos e infrações relacionados às drogas ilícitas e lícitas, prevenindo-os e coibindo-os por meio da implementação e efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. (PNAD, 2005, p. 03).

Neste objetivo acima que é necessário ter conhecimento sobre crimes, delitos e infrações que sejam relacionadas com as drogas lícitas e ilícitas, para prevenir e coibir por meio de políticas públicas, melhorando a qualidade de vida das pessoas. O discurso aqui interpretado é de repressão, pois há uma preocupação maior é em torno das causas que as drogas trazem para a sociedade, não podemos “tapar os olhos” e dizer que isso não é real, porque o tráfico “é uma das atividades mais lucrativas”⁶ em que se tem conhecimento, então muitas pessoas por não ter um trabalho formal, moradia adequada, entre outras coisas importantes para sua sobrevivência acabam se envolvendo no tráfico. A implementação e efetivação de políticas públicas só poderão melhorar a qualidade de vida dos indivíduos se elas tiverem um discurso de motivação social, no qual o individuo é analisado de forma coletiva.

⁶ Ver no primeiro capítulo em Velho (1994, p.27).

Para finalizar quanto aos cinco objetivos aqui analisados pode-se notar que todos os que foram analisados tem um discurso de motivação individual, como se a causa de tudo o que acontece é inteiramente de responsabilidade das pessoas, onde só se pensa na repressão, em punir alguém pelos crimes que ocorrem devido ao uso de drogas⁷. E nas campanhas de prevenção, a preocupação do Estado é com a saúde e não com o contexto social no qual cada um está inserido.

4.4.3 Analisando a prevenção na PNAD

Com relação à prevenção, a PNAD conta com cinco trechos que falam de orientação geral e nove de diretrizes, num total de quatorze elementos que são apresentados, nos quais iremos analisar dois trechos de orientação geral e três de diretrizes, fazendo parte desta análise cinco trechos da PNAD.

Nesta primeira citação do trecho abaixo apresentado faz parte da orientação geral:

A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde. (PNAD, 2005, p. 04).

O trecho coloca que a efetiva prevenção faz parte do comprometimento, da cooperação e da parceria nos diferentes segmentos da sociedade e também dos órgãos governamentais, envolvendo somente o indivíduo com o Estado, isto é, a família⁸ não está presente e novamente o Estado preocupa-se com o individual, esquecendo que a família é centro de muitas mudanças e que as consequências do uso de drogas também acarretarão dificuldades no núcleo familiar, sendo que esta responsabilidade compartilhada não efetiva na verdade nada concreta com relação a prevenção, pois as políticas de prevenção ainda estão muito fragmentada no cuidado somente com a saúde do indivíduo e não se associa a outras dificuldades do indivíduo⁹.

No segundo trecho da prevenção que faz parte da orientação geral podemos observar que o discurso é sobre ações preventivas devendo ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, incentivando-o para a educação de uma vida saudável, como esportes, cultura, lazer, estando voltado para a pessoa, pois se pensa no desenvolvimento

⁷ Ver no primeiro capítulo em Sá (1994, p.156).

⁸ Ver no segundo capítulo em Carvalho (2010, p. 274).

⁹ Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 07).

humano e não coletivo, as ações feitas para a prevenção deve abranger não só o indivíduo como pessoa humana, mas o ser social que ele representa dentro da sociedade. Assim segue abaixo:

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações. (PNAD, 2005, p. 04).

Somente assim nesta perspectiva de motivação social poderemos dar novos rumos para combater o uso de drogas, pois nesta perspectiva podem-se construir políticas sociais voltadas para o indivíduo juntamente com todo o seu contexto.

Esses meios de incentivar o indivíduo não deixam de ser importantes no processo de prevenção, como práticas de esportes, cultura, lazer também são necessários para o bem estar das pessoas, mas tem que haver políticas públicas que venham solucionar as dificuldades de vulnerabilidade social e econômica, mas que essas políticas não seja de repressão e sim ações preventivas.

Neste terceiro trecho que faz parte das diretrizes da prevenção:

Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido. (PNAD, 2005, p. 05).

Neste trecho comenta sobre as ações de educação preventiva, contínua, para o indivíduo e seu contexto sociocultural¹⁰, para desestimular o uso inicial de drogas. As ações precisam ser direcionadas também para a família, porque parece que o indivíduo está totalmente sozinho, de que ele por sua vontade própria buscou toda essa situação, de uso, dependência da droga. Para desestimular o uso inicial¹¹ das drogas é necessário que o indivíduo tenha políticas sociais que o deem suporte para si e sua família.

No quarto trecho que iremos analisar é das diretrizes da prevenção:

Promover, estimular e apoiar a capacitação continuada, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que esses se tornem multiplicadores, com o objetivo de ampliar, articular e fortalecer as redes sociais, visando ao desenvolvimento integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção. (PNAD, 2005, p. 05).

¹⁰ Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 07).

¹¹ Ver no primeiro capítulo em Velho (1994, p. 24).

No trecho cita a promoção, o estímulo e apoiar a capacitação continuada, pode ver que as políticas de promoção somente são de prevenção e saúde, não dando abertura para uma análise de causa social¹², onde o processo pode ser mais complicado. Isso possibilitaria ver o indivíduo com um novo entendimento sobre suas causas e suas variadas vulnerabilidades, mudando o foco das políticas públicas e colocando o indivíduo como sendo a vítima dessa sociedade capitalista que marginaliza o usuário ou dependente de drogas.

E o quinto trecho analisado será o das diretrizes da prevenção:

Recomendar a criação de mecanismos de incentivo para que empresas e instituições desenvolvam ações de caráter preventivo e educativo sobre drogas. (PNAD, 2005, p. 05).

No quinto trecho cita sobre a criação de mecanismos de incentivo para as empresas e instituições que possam desenvolver ações de caráter preventivo, podemos ver que as ações de prevenção são de suma importância, e não tampouco que estas ações não possam contribuir para o afastamento das drogas em determinados grupos, não é este o fundamento desta análise, mas sim mostrar o lado individual da PNAD, no qual ele coloca a sua preocupação com o indivíduo como se não fosse um ser social.

Nesta citação da PNAD, podemos verificar a preocupação com o discurso de motivação individual, onde há uma preocupação em prevenir as drogas em lugares públicos e de trabalho¹³ como é o caso das empresas. Não havendo preocupação com o trabalhador, mas sim o que ele pode deixar de contribuir se as drogas lhe causar alguma interferência na sua produção, mesmo que o motivo esteja dentro do seu próprio trabalho, onde sobre tensões, preocupações com o rendimento, ou se terá um emprego no futuro para dar suporte para sua família. Essas preocupações também podem interferir na vida dos indivíduos, mas também se tem que identificar quando as dificuldades estão no núcleo familiar.

Finalizando esta etapa de análise dos trechos sobre prevenção na PNAD conclui-se que em uma sociedade capitalista a preocupação é com o “eu”, onde não conta seu contexto social, suas vulnerabilidades e suas preocupações cotidianas¹⁴. O Estado preocupa-se como o indivíduo, como se ele fosse um problema constante para a sociedade por isso as campanhas de prevenção abrangem somente o indivíduo como uma motivação da causa individual.

4.4.4 Analisando o tratamento, recuperação e reinserção social da PNAD

¹² Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 11).

¹³ Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 12).

¹⁴ Ver no primeiro capítulo em Velho (1994, p. 26).

No que se refere ao tratamento, recuperação e reinserção social na PNAD, iremos analisar dois trechos de orientação geral e dois trechos de diretrizes, no qual a lei conta com seis trechos de orientação geral e dez de diretrizes num total de dezesseis trechos na PNAD que é sobre este assunto.

Neste primeiro trecho que será analisado é de orientação geral:

O Estado deve estimular, garantir e promover ações para que a sociedade (incluindo os usuários, dependentes, familiares e populações específicas), possa assumir com responsabilidade ética, o tratamento, a recuperação e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente, de forma descentralizada, pelos órgãos governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal, pelas organizações não governamentais e entidades privadas. (PNAD, 2005, p. 05).

Aqui neste trecho o Estado coloca sobre o estímulo, garantia e promoção de ações¹⁵ para a sociedade incluindo os usuários, dependentes, famílias e populações específicas, coloca como se todos estivessem excluídos, e que precisam ser incluídos, como se o usuário, dependente e a família a partir do momento em que estejam neste processo de envolvimento com as drogas fizessem parte de outro mundo.

Portanto no segundo trecho de orientação geral da PNAD:

No Orçamento Geral da União devem ser previstas dotações orçamentárias, em todos os ministérios responsáveis pelas ações da Política Nacional sobre Drogas, que serão distribuídas de forma descentralizada, com base em avaliação das necessidades específicas para a área de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, estimulando o controle social e a responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade. (PNAD, 2005, p. 06).

Novamente neste trecho há um discurso individual, onde a preocupação fica centrada para o tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional do individuo, como se ele fosse um ser sozinho, num sistema onde a preocupação é com sua saúde física, não atendendo as demais necessidades dessa pessoa. O Estado preocupa-se mais com os fatores ligados a saúde do que o social, não que seja menos importante, mas o social sempre fica para outro plano, por não se pensar que também seja de importância na vida das pessoas.

No terceiro trecho que será analisado é de diretrizes da PNAD:

Propor, por meio de dispositivos legais, incluindo incentivos fiscais, o estabelecimento de parcerias e convênios em todos os níveis do Estado, que possibilitem a atuação de instituições e organizações públicas, não-governamentais

¹⁵ Ver no primeiro capítulo Zaluar (1994, p. 10).

ou privadas que contribuam no tratamento, na recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional. (PNAD, 2005, p. 07).

No terceiro trecho podemos assim ver que o Estado busca parcerias e convênios em todos os níveis do Estado que possam contribuir para solucionar os problemas decorrentes do uso de drogas, mas seria ideal proporcionar políticas públicas que solucionem antes de qualquer coisa as vulnerabilidades dos indivíduos, e assim prevenindo maiores danos¹⁶.

Neste quarto trecho que iremos analisar faz parte das diretrizes:

Estabelecer parcerias com universidades para implementação da capacitação continuada, por meio dos pólos permanentes de educação, saúde e assistência social. (PNAD, 2005, p.07).

Aqui neste item o Estado ainda procura estabelecer parcerias com outros órgãos na expectativa de conseguir capacitação de pessoas para auxiliar no tratamento, na recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional dos indivíduos que possui envolvimento com drogas.

4.4.5 Analisando a redução de danos sociais e à saúde na PNAD

Agora iremos analisar a redução de danos sociais e à saúde que conta com um trecho de orientação geral e três de diretrizes da PNAD, num total de quatro trechos a serem analisados, onde seu universo é de um trecho de orientação geral e dezesseis de diretrizes, num total de dezessete trechos.

Passaremos para o primeiro trecho que será de orientação geral, onde cita que será feita estratégias e ações para a redução de danos, voltadas somente para a saúde e os direitos humanos, onde a preocupação maior do Estado é de limitar as consequências e os danos que pode trazer para a sociedade.

A promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada inter e intra-setorial, visando à redução dos riscos, as consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade. (PNAD, 2005, p. 07).

O trecho acima diz respeito à promoção de estratégias e ações para reduzir os danos, que são voltadas para a saúde pública e direitos humanos

Neste segundo trecho analisaremos um trecho de diretrizes:

¹⁶ Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p.15).

Orientar e estabelecer, com embasamento científico, intervenções e ações de redução de danos, considerando a qualidade de vida, o bem-estar individual e comunitário, as características locais, o contexto de vulnerabilidade e o risco social. (PNAD, 2005, p. 08).

Neste trecho novamente como em outros trechos já analisados, se nota o discurso individual, que o indivíduo é por si e não tem um grupo social ao qual se apoiar. Mas podemos avaliar que ainda não é suficiente para dar conta da demanda, é necessário políticas sociais que intervenham junto ao indivíduo e suas famílias, políticas que não fiquem só na escrita, mas que estabeleça intervenções que colaborem para uma mudança neste contexto, pois conforme já citado no primeiro capítulo o aumento do consumo de drogas tem crescido entre as camadas mais vulneráveis¹⁷.

Já neste terceiro trecho, analisaremos outro de diretrizes:

Assegurar às crianças e adolescentes o direito à saúde e o acesso às estratégias de redução de danos, conforme preconiza o Sistema de Garantia de Direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n.º 8.069/1990). (PNAD, 2005, p. 08).

Este trecho cita as crianças e adolescentes, no direito à saúde e o acesso às estratégias, faltando a inserção neste contexto da família, e assim torna elas um grupo isolado e individual. A família ou responsáveis são importantes, pois é necessário seu acompanhamento neste processo. Também podemos notar que o Estado preocupa-se somente em assegurar a saúde e ao acesso às estratégias de redução de danos para as crianças e adolescentes, mas não propôs estratégias para fortalecer as famílias.

Portanto para fechar este bloco de trechos sobre a redução de danos sociais e à saúde na PNAD iremos analisar um trecho de diretrizes que segue: Implementar políticas públicas de geração de trabalho e renda como elementos redutores de danos sociais. (PNAD, 2005, p.08).

Este trecho fala sobre a implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, essas políticas precisam ser implantadas, mas não somente como redutores de danos sociais, mas como forma de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, pois quando o indivíduo possui algum envolvimento com uso de drogas, em muitos casos não consegue inserção no mercado de trabalho.

Com relação a redução de danos sociais e à saúde na PNAD, vistos por meio de quatro trechos analisados, que há várias deficiências que precisam ser revistas, uma é que temos que

¹⁷ Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 11).

ver o conjunto de fatores que podem influenciar no uso de drogas, então montar estratégias que possam atingir esses fatores, com políticas sociais que pensem no coletivo, pois nota-se que essa redução no qual a PNAD cita é muito fragmentada, atingindo apenas algumas áreas das necessidades dos indivíduos, pois o Estado fica só no discurso, e acaba sendo mais uma repressão do uso do que a prevenção propriamente dita.

4.4.6 Analisando a redução da oferta na PNAD

No que se refere a redução da oferta, sendo que esta redução se refere a repressão e prisões dos indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas. Iremos analisar dois trechos de orientação geral e três de diretrizes, totalizando cinco trechos que serão analisados, sendo que o universo é sete de orientação geral e quatorze de diretrizes, num total de vinte e um trechos.

Neste primeiro trecho que se refere ao de orientação geral:

A redução substancial dos crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas e ao uso abusivo de substâncias nocivas à saúde, responsáveis pelo alto índice de violência no país, deve proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas. (PNAD, 2005, p. 09).

No trecho acima trás a relação da droga com o tráfico¹⁸ e conseqüentemente os crimes relacionados com ela, não podemos deixar de analisar que ainda há um grande preconceito com relação ao usuário de drogas, como sendo pessoas criminosas, desocupadas, e mais, associando os usuários e dependentes de droga como traficante, assim analisados segundo o quadro das características de motivação individual ou social construídos a partir dos autores do primeiro capítulo. Mas é num contexto sociocultural que podemos analisar e ver que as drogas sempre estiveram presentes em nosso meio¹⁹, só que foram disseminando em todos os espaços e tomando uma proporção maior de seu uso, levando a violência, prisões, entre outras conseqüências. Devido a toda a esta repercussão que ocorreu em torno das pessoas que possuem envolvimento com drogas há uma necessidade de melhores condições de segurança pública, mas isso não quer dizer que seja uma repressão contra o usuário ou dependente, enquanto é o que ocorre em muitos casos²⁰.

Podemos ver que neste segundo trecho de diretrizes da PNAD:

As ações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional -

¹⁸ Ver no primeiro capítulo em Paixão (1994, p.130).

¹⁹ Ver no primeiro capítulo em Sá (1994, p.156).

²⁰ Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 20).

DRCI/MJ, da Secretaria da Receita Federal - SRF, do Departamento de Polícia Federal - DPF, do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, da Polícia Rodoviária Federal - DPRF, das Polícias Cíveis e Militares e demais setores governamentais, com responsabilidade na redução da oferta, devem receber irrestrito apoio na execução de suas atividades. (PNAD, 2005, p. 09).

Este trecho trás a repressão como principal meio de controle do Estado perante a redução da oferta, pois fica a cargo da policia fazer a intervenção, não há nenhum outro órgão ou profissionais que sejam capacitados que possa intervir, ficando somente para a policia como controlador. Mas como já vimos no primeiro capítulo que a droga é uma mercadoria lucrativa e que mobiliza muito poder e dinheiro, fazendo com que tenha muitos atores clandestinos e semiclandestino²¹. Por ser uma mercadoria lucrativa, muitas pessoas investem no tráfico, por estarem em situação de vulnerabilidade econômica por não conseguirem um trabalho formal, ficando a mercê de muitos traficantes que precisam de pessoas para fazer o serviço de entrega das drogas.

Neste terceiro trecho de diretrizes da redução de ofertas na PNAD:

Estimular operações repressivas, assegurando condições técnicas e financeiras, para ações integradas entre os órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal responsáveis pela redução da oferta, coordenadas pelo Departamento de Polícia Federal, sem relação de subordinação, com o objetivo de prevenir e combater os crimes relacionados às drogas. (PNAD, 2005, p.09-10).

Podemos ver o discurso de motivação individual, onde igualmente ao segundo trecho, vimos uma prevenção repressiva, que estimula a policia a agir de maneira a repreender as pessoas com algum envolvimento com drogas, em muitos casos generalizando e colando o usuário ou dependente como culpado, trazendo problemas constantes para a sociedade, levando assim uma cristalização de uma subcultura marginal²².

Portanto no quarto trecho das diretrizes da redução da oferta na PNAD:

Planejar e adotar medidas para tornar a repressão eficaz, cuidando para que as ações de fiscalização e investigação sejam harmonizadas, mediante a concentração dessas atividades dentro de jurisdição penal em que o Judiciário e a Polícia repressiva disponham de recursos técnicos, financeiros e humanos adequados para promover e sustentar a ação contínua de desmonte das organizações criminosas e de apreensão e destruição do estoque de suas mercadorias. (PNAD, 2005, p.10).

No trecho que será analisado podemos ver além da repressão ser efetivada é necessária que seja eficaz, neste discurso podemos ver que mesmo estando em outra época, com tantas

²¹ Ver no primeiro capítulo em Velho (1994, p. 27).

²² Ver no primeiro capítulo em Zaluar (1994, p. 12).

transformações ocorrendo dentro da sociedade ainda existem mudanças que não ocorrerão neste contexto. No entanto, segundo os autores já citados no primeiro capítulo, a repressão era uma maneira de coibir os crimes decorrentes da droga, sem qualquer distinção entre usuário, dependente e traficante, e hoje ainda podemos ver que o discurso continua individual e que não ocorrem mudanças neste sentido.

No quinto trecho a ser analisado das diretrizes: “Promover e incentivar as ações de desenvolvimento regional de culturas e atividades alternativas, visando à erradicação de cultivos ilegais no país” (PNAD, 2005, p.10). Neste trecho vemos que o Estado com esta citação abaixo pretende promover e incentivar ações de desenvolvimento regional de culturas para coibir o plantio de cultivos ilegais, só que isso não é suficiente, pois é preciso incentivo de melhorias nas condições e incentivos financeiros para que os produtores tenham maiores rendimentos em suas colheitas, e assim não procurar cultivar culturas que sejam ilegais. Pois sabemos que o lucro é maior, e como a mercadoria é rentável, isso propicia o incentivo para a sua produção.

Para finalizar as análises dos trechos acima, podemos ver que ainda o discurso é bastante de repressão e que precisa haver muitas mudanças neste sentido, porque não é com repressão que os indivíduos deixaram de consumir drogas, mas sim com políticas que possam dar conta de uma intervenção eficaz. Outro ponto fundamental é com relação ao tráfico, por ser uma mercadoria rentável, e atrai muitas pessoas para seu comércio, é necessário que o Estado pense em políticas sociais que envolvam todo o contexto social do indivíduo, proporcionando melhores condições de sobrevivência sua e de seus dependentes.

4.4.7 Analisando os Estudos, pesquisas e avaliações

Com relação aos Estudos, pesquisas e avaliações foram selecionadas um trecho de orientação geral e um de diretrizes, num total de dois trechos analisados, sendo que seu universo é dois de orientação geral e oito de diretrizes, somando dez no seu total.

Neste primeiro trecho que é de orientação geral:

Meios necessários devem ser garantidos para estimular, fomentar, realizar e assegurar, com a participação das instâncias federal, estaduais, municipais e o Distrito Federal, o desenvolvimento permanente de estudos, pesquisas e avaliações que permitam aprofundar o conhecimento sobre drogas, a extensão do consumo e sua evolução, a prevenção do uso indevido, repressão, tratamento, reabilitação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, observando os preceitos éticos. (PNAD, 2005, p.11).

Analizamos que ainda há uma deficiência no conhecimento sobre drogas por parte do Estado, onde ele busca por meio de estudos aprofundarem os conhecimentos, mas não é só no conhecimento sobre o assunto que deve ser pesquisado, pois como já vimos anteriormente há uma total resistência por parte do Estado em ver que o indivíduo necessita de atenção com políticas públicas que possam dar suporte para suas vulnerabilidades. Não há incentivo para a participação da família, ficando nítido mais uma vez que o Estado trata o indivíduo de cada pessoa.

Portanto podemos identificar neste segundo trecho de orientação geral:

Promover e realizar, periódica e regularmente, levantamentos abrangente e sistemáticos sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, incentivando e fomentando a realização de pesquisas dirigidas a parcelas da sociedade, considerando a enorme extensão territorial do país e as características regionais e sociais, além daquelas voltadas para populações específicas (PNAD, 2005, p.11).

Neste trecho podemos identificar que o discurso individual permanece, ficando claro quando no trecho da PNAD é colocado como foco a realização de pesquisas dirigidas a parcela da sociedade, como se os usuários, dependentes e traficantes ficassem a parte da sociedade, sendo excluídos pelos motivos já vistos anteriormente neste capítulo e no primeiro capítulo.

Finalizando a análise dos trechos de Estudos, pesquisas e avaliações da PNAD, identifica-se que em grande parte dos órgãos do Estado ainda precisam aperfeiçoar e realizar mais pesquisas que possam colaborar na prevenção ao uso de drogas, pois vimos nos trechos analisados que há uma deficiência tanto no conhecimento, como no repasse de dados relacionados com as drogas.

4.4.8 Qual o discurso em relação ao papel da família

Em relação à família, a PNAD possui um discurso ambíguo, aqui traremos sete citações que estão dentro da PNAD que em algum momento cita a valorização das relações familiares. Neste primeiro trecho abaixo que buscamos da parte de prevenção dentro das orientações gerais, de um total de cinco trechos de orientação geral.

As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos. (PNAD, 2005, p.04).

No trecho da PNAD podemos ver que as ações preventivas devem ser pautadas nos princípios éticos e na pluralidade cultural, na promoção de valores voltados a saúde física e mental, individual e coletiva, valorizar as relações familiares, considerando seus diferentes modelos. Segundo os autores já citados no segundo capítulo, é importante o papel de apoio da família²³, pois ela sendo a primeira instituição social ao qual todo indivíduo pertence, é uma referencia para todas as pessoas. Mesmo que a família tenha formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, sua referencia como lugar de afeto, ainda continuam nos dias de hoje. Os laços entre os membros da família fazem com que ainda seja o único grupo que promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana. Neste trecho tivemos uma perspectiva de valorização da família, pois, constatamos que a PNAD trouxe subsídios que confrontassem com nossa hipótese, então podemos concluir que em algum momento a família é lembrada como um grupo importante.

Neste segundo trecho a ser analisado dos objetivos, sendo este abaixo de orientação geral:

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações. (PNAD, 2005, p. 04).

No segundo trecho analisado, vemos que a família neste trecho tem apenas o compromisso de participar das ações preventivas, mas não sendo ela parte significativa deste processo. Ainda que seja um forte agente de proteção social²⁴ aos seus membros, contando inclusive com seus aspectos positivos que são de ser um núcleo afetivo²⁵, poderia ter uma participação ainda maior do que segundo a PNAD possibilita para esta instituição. Ela possui inúmeras funções²⁶ dentro do núcleo familiar, isso faz com que seja uma referencia dentro da sociedade, mesmo que ainda não seja tão considerada, pois há muitas políticas no âmbito da família que não dá a sua devida importância, pois se não têm como referencia ficaremos órfãos perante o Estado. Então é necessário envolver mais a família e possibilitar o seu protagonismo junto aos seus membros.

Já neste terceiro trecho da prevenção, sendo este de diretrizes:

²³ Ver no segundo capítulo em Prado (1989, p.08).

²⁴ Ver no segundo capítulo em Carvalho (2010, p.271).

²⁵ Ver no segundo capítulo em Prado (1989, p.13-14).

²⁶ Ver no segundo capítulo em Prado (1989, p.40).

Garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros estaduais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada. (PNAD, 2005, p. 04).

Esta responsabilidade compartilhada ao qual o Estado propôs²⁷, na verdade não acontece, pois se pensa muito no indivíduo quando as dificuldades dentro da família já estão insuportáveis, não possuem iniciativas, quando a família passa por vulnerabilidades e precisa de políticas de incentivo a família. Ela é vista somente como mantenedora das necessidades básicas do núcleo familiar, mas a verdade é um grupo social que precisa de incentivos para conseguir vencer os tempos, pois com as constantes transformações, ela se torna um fenômeno plural que precisa sempre de parcerias para suportar as mudanças, e não que a excluam, onde ela passa a ser uma simples instituição falida.

Já no quarto trecho dos objetivos, sendo que este pertence às diretrizes:

Priorizar ações interdisciplinares e contínuas, de caráter preventivo e educativo na elaboração de programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, oportunizando a prevenção do uso indevido de drogas no ambiente de trabalho em todos os turnos, visando à melhoria da qualidade de vida, baseadas no processo da responsabilidade compartilhada, tanto do empregado como do empregador. (PNAD, 2005, p. 05).

É preciso que a família faça parte dentro do ambiente de trabalho²⁸, não sendo um estorvo para as empresas, pois na PNAD está previsto neste trecho, mas sabemos que nem sempre a família é vista como uma instituição importante. Mas na realidade, a família pode ser um lugar de desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem estar físico dos indivíduos, possibilitando a prevenção das drogas, pois se a família no seu íntimo com seus membros possuem afetividade e uma convivência, alguns pontos já podem ser superados.

Este quinto trecho a ser analisado que faz parte do tratamento, recuperação e reinserção social, da orientação geral:

Na etapa da recuperação, deve-se destacar e promover ações de reinserção familiar, social e ocupacional, em razão de sua constituição como instrumento capaz de romper o ciclo consumo/tratamento, para grande parte dos envolvidos, por meio de parcerias e convênios com órgãos governamentais e organizações não governamentais, assegurando a distribuição descentralizada de recursos técnicos e financeiros. (PNAD, 2005, p. 06).

²⁷ Ver no segundo capítulo em Miotto (2009, p.49).

²⁸ Ver no segundo capítulo em Faleiros (1991, p. 35-36).

A família como a base da sociedade²⁹, está sendo manipulada e não tendo grandes espaços nas políticas públicas, pois estamos vendo na PNAD, que nos itens já citados, a família apenas tem espaço limitado³⁰, e que o Estado ainda é maior responsável e que obtêm o poder de decidir sobre os indivíduos. Ainda que a família seja citada, é de maneira muito sucinta, sendo apenas mais um instrumento de auxílio³¹ na prevenção, e não como base de apoio aos indivíduos.

No sexto trecho a seguir:

Estabelecer procedimentos de avaliação por uma comissão tripartite e paritária para as diversas modalidades de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, para usuários dependentes e familiares, com base em parâmetros comuns, adaptados às realidades regionais, permitindo a comparação de resultados entre as instituições, aplicando para esse fim recursos técnicos e financeiros. (PNAD, 2005, p. 07).

Podemos ver que no trecho acima a PNAD quer estabelecer procedimentos de avaliação nas diversas modalidades de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional para os usuários, dependentes e suas famílias, neste contexto podemos verificar a preocupação do Estado em avaliar como está os procedimentos relacionados ao uso de drogas para fins de recursos para dar conta dessa demanda.

E para finalizar, neste sétimo trecho a ser analisado, que pertence à redução de danos sociais e à saúde, sendo este de orientação geral:

A promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada inter e intra-setorial, visando à redução dos riscos, as consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade.

No trecho acima podemos ver que a família se torna vítima das consequências das drogas, mas não é um agente que tenha uma política social voltada somente para ela, na construção de projetos que possam dar incentivo para a família proporcionando aos seus membros uma proteção³². A família precisa de valorização, que hoje se pensa muito no individual de cada um e não no coletivo, onde o indivíduo não é analisado no seu contexto social familiar, e assim a família passa a exercer funções menos importantes dentro da sociedade.

²⁹ Ver no segundo capítulo em Pereira (2009, p. 26).

³⁰ Ver no segundo capítulo em FaleiroS (1991, p. 67).

³¹ Ver no segundo capítulo em Miotto (2009, p.55).

³² Ver no segundo capítulo em Pereira (2009, p.40)

Finalizando esta análise, num universo de sete trechos analisados, podemos comprovar a hipótese de que o discurso predominante é de motivação individual e o apoio da família é formal, pois com base nos trechos acima podemos analisar que a PNAD não tem a família como um agente importante na prevenção ao uso de drogas, porém, como sendo algo secundário neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos então no conjunto de nosso trabalho discutir a a temática da análise na Política Nacional sobre drogas (PNAD) a partir da problemática sobre qual a concepção sobre a questão da prevenção as drogas na PNAD e sua relação com o papel de apoio da família, se dentro da lei, a família tem um papel fundamental ou este papel é secundário na prevenção. Tínhamos então duas questões para estudar na PNAD: o tipo de discurso se o da motivação social ou o da individual e o papel da família dentro do plano.

Nossa hipótese em que o discurso predominante é a motivação individual e que o apoio da família é formal, embora seja um discurso formal. Vamos agora concluir sobre as descobertas que realizamos no capítulo anterior.

Por meio da tabela de motivação social e individual³³ podemos observar seis elementos que comprovem a hipótese: repressão, discriminação, desvio psicológico, problema constante para a sociedade e pessoas criminosas.

Quanto a repressão podemos analisar que ainda o uso de drogas é considerado como um caso de polícia, em que o usuário ainda responde por processos criminais, ao portar drogas consigo. No objeto analisado identificamos que os profissionais envolvidos na prevenção da PNAD acreditam que a questão das drogas é um caso de prevenção repressiva. Com relação à discriminação ao usuário podemos identificar em muitos casos, eles são isolados pela falta de entendimento sobre sua causa social e ficam a parte da sociedade, não tendo voz em uma sociedade que esta em constante transformações.

Constatamos ainda que as pessoas são consideradas como doentes que possuem um desvio psicológico e precisam somente de tratamento de saúde, identifica-se muito na PNAD o discurso de que é necessário cuidados com a saúde dos usuários e dependentes do uso de drogas. A maioria das situações ocorridas com envolvimento com drogas está no seu contexto social, em que esta no recebe um atendimento em que possa mudar esta situação. Muito pelo contrário é considerado um problema constante para a sociedade, onde são destinadas orçamento público para o tratamento e também para a repressão, pois nos dois casos são destinados recursos para a saúde e para a segurança. Mas não somente são considerado problema para a sociedade como também para a família, pois, são muito poucos os recursos para o social, ficando a família sem muitas perspectivas de soluções.

³³ Tabela que se encontra no capítulo 4, metodologia

No caso de serem consideradas pessoas criminosas, por estarem em muitas vezes em condições no qual aparenta ser, são considerados indivíduos que por si mesmo quiseram estar nesta situação. Em que muitas vezes a situação de usuário, passam para traficante ou delitos pela própria necessidade da droga. São situações muito complexas, pois em algumas situações de desemprego, o envolvimento com o tráfico fica facilitado e em outras de também estarem vulneráveis acabam cometendo delitos, que os levam a prisão e processos judiciais.

Como acadêmica do curso de Serviço Social em processo de formação, é possível identificar que a temática da prevenção às drogas é instigante para o profissional assistente social que tem muito a contribuir na questão da prevenção as drogas, pois são políticas que necessitam muito da contribuição de um profissional capacitado, que consegue visualizar não somente o aparente, como é o caso da PNAD, mas de identificar as expressões da questão social neste processo.

Este trabalho tem muito a contribuir para novas pesquisas que poderão vir a ser concretizadas numa pós-graduação, pois a partir deste poderão ser criados novos problemas de pesquisa, analisando outros documentos que sejam com a mesma temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Monica Maria Torres. **Política Social, Família e Juventude:** Uma questão de direitos. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2009.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora S.A, 1981.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Família:** Redes, Laços e Políticas Públicas. Famílias e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Família:** Redes, Laços e Políticas Públicas. A economia da família. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. 5ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/327912.pdf>>. Acesso: 02 de mar 2014.

LOSACCO, Silvia. **Família:** Redes, Laços e Políticas Públicas. O jovem e o contexto familiar. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo. Atlas, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Política Social, Família e Juventude:** Uma questão de direitos. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2009.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Drogas e Cidadania. **Problemas Sociais, Políticas Públicas:** O Caso do Tóxico 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1994

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social, Família e Juventude:** Uma questão de direitos. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2009

POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>>. Acesso: 15 de jan 2014.

PRADO, Danda. **O que é família.** 11ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Walter Antero Gomes. Disponível em: <http://www.forumsobredrogas.org/wp-content/uploads/2013/05/IX.-A-politica-e-a-legislacao-brasileira-sobre-drogas.pdf>
Acesso: 07 de mar 2014.

SÁ, Domingos Bernardo Silva. **Drogas e Cidadania**: Projeto para uma Nova Política de Drogas no país. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1994.

SAWAIA, Bader B. **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

SZYMANSKI, Heloiza. **Redes, Laços e Políticas Públicas**. Ser criança: um momento do ser humano. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

VELHO, Gilberto. **Drogas e Cidadania**: A dimensão Cultural e Política dos Mundos das Drogas. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1994.

ZALUAR, Alba. **Drogas e Cidadania**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1994.

_____. **Drogas e Cidadania. A Criminalização das Drogas e o Reencantamento do Mal**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1994.